



Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax.: +55 (11) 3138-5227
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, 952 - 3º andar
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL

Ao Conselho de Administração e Acionistas da JBS S.A.

- 1 Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR consolidadas da JBS S.A. ("Companhia") e suas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. As demonstrações contábeis das controladas diretas, Pilgrim's Pride Corporation e Inalca JBS S.p.A., foram revisadas por outros auditores independentes. Nossa revisão com respeito ao saldo dos investimentos nessas controladas e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial em 31 de março de 2010, está embasada nos trabalhos daqueles auditores.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas Contábil, Financeira e Operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Com base em nossa revisão e no relatório de revisão de outros auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR referidas no parágrafo 1, para que estejam de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS emitido pelo "International Accounting Standards Board" - IASB, aplicável à preparação de relatórios financeiros intermediários consolidados (IAS 34 - "Interim Financial Reporting").

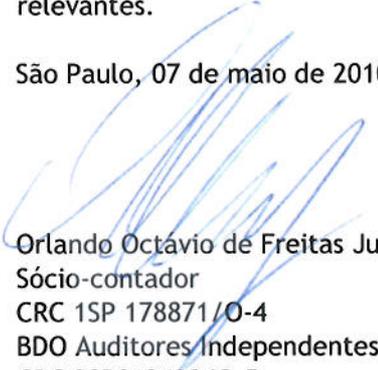


RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL

Ao Conselho de Administração e Acionistas da JBS S.A.

- 4 Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2010, de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS emitido pelo "International Accounting Standards Board" - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos, do padrão contábil internacional - IFRS. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na nota explicativa nº 4 às Informações Trimestrais – ITR consolidadas.
- 5 As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2009, obtidas das correspondentes Informações Trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009. A revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2009 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram conduzidos sob nossa responsabilidade e emitimos relatório, com data de 8 de maio de 2009, e parecer, com data de 1º de março de 2010, respectivamente, sem ressalvas, portanto, antes dos ajustes e reelaboração das informações contábeis mencionadas nas notas explicativas nº 4. Em conexão com nossa revisão, descrita no primeiro parágrafo, examinamos os ajustes descritos nas referidas notas e, em nossa avaliação, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 07 de maio de 2010



Orlando Octávio de Freitas Junior
Sócio-contador
CRC 1SP 178871/O-4
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5



Marcio Serpejante Peppe
Sócio-contador
CRC 1SP233011/O-8
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

JBS S.A.
**Demonstração consolidada do resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 24)	12.550.285	9.267.927
Custo dos produtos vendidos	(11.110.741)	(8.509.805)
LUCRO BRUTO	1.439.544	758.122
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Administrativas e gerais	(332.911)	(215.275)
Com vendas	(573.218)	(414.463)
Resultado financeiro líquido (Nota 26)	(367.005)	(446.582)
Despesas extraordinárias	(77.134)	-
Outras (despesas) receitas	9.612	(618)
	(1.340.656)	(1.076.938)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	98.888	(318.816)
Imposto de renda e contribuição social do período	(61.883)	(3.129)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.593	(1.674)
	(34.290)	(4.803)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	64.598	(323.619)
Participação minoritária no resultado de controladas	34.761	935
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	99.359	(322.684)
Lucro líquido (Básico) por lote de mil ações no final do exercício - em reais (Nota 25)	42,76	(229,86)
Lucro líquido (Diluído) por lote de mil ações no final do exercício - em reais (Nota 25)	42,80	(229,86)
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)		
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	98.888	(318.816)
Resultado financeiro líquido (Nota 26)	367.005	446.582
Depreciação e amortização	318.934	83.776
Despesas extraordinárias	77.134	-
VALOR EBITDA	861.961	211.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2010
(Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Participação não-controladores	Total
		Ágio	Reserva de reavaliação	Legal	Para expansão					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	16.483.544	714.503	112.352	7.768	23.225	(914)	(612.392)	-	641.254	17.369.340
Ajustes pela adoção inicial do IFRS (nota 2)	-	-	-	-	779.545	-	-	-	1.001.636	1.781.181
SALDOS AJUSTADOS EM 1 DE JANEIRO DE 2010	16.483.544	714.503	112.352	7.768	802.770	(914)	(612.392)	-	1.642.890	19.150.521
Ajuste de proposta de destinação de lucros do exercício anterior	-	-	-	-	61.476	-	-	-	-	61.476
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.430)	-	-	-	-	1.430	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	1.952	-	-	-	1.952
Ajustes de acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	38.581	-	-	38.581
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(87.944)	-	-	(87.944)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	99.359	-	99.359
Ajustes de IFRS no período	-	-	-	-	19.399	-	-	-	-	19.399
Participação de não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(501.379)	(501.379)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010	16.483.544	714.503	110.922	7.768	883.645	1.038	(661.755)	100.789	1.141.511	18.781.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.
**Demonstração consolidada do fluxo de caixa dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	99.359	(322.684)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
. Depreciação e amortização	318.934	83.776
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.594	3.696
. Participações de minoritários	(34.761)	(935)
. Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	33.047	1.060
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.593)	1.674
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	323.984	376.897
. Provisão para contingências	(569)	203
. Ajuste a valor presente de ativos e passivos	-	310
	<u>720.995</u>	<u>143.997</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber	(79.625)	170.598
Redução (aumento) nos estoques	(116.206)	169.009
Aumento de impostos a recuperar	(69.561)	(16.719)
Redução (aumento) em outros ativos circ. e não circulantes	(113.754)	72.401
Redução (aumento) de créditos com empresas ligadas	(155)	(417.624)
Aumento (redução) com fornecedores	(129.638)	(479.891)
Aumento em outros passivos circ. e não circulantes	(525.811)	82.008
Redução em participação dos não-controladores	(466.618)	(213)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	16.687	(37.114)
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	51.263	(82.990)
Ajuste pela adoção inicial ao IFRS	(21.365)	-
Ajuste a valor justo	434.440	-
	<u>(299.347)</u>	<u>(396.538)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições no ativo imobilizado e intangível	(319.560)	(260.790)
Adições nos investimentos	(832)	(309)
Efeito líquido do capital de giro de empresa adquirida	(125.546)	-
	<u>(445.938)</u>	<u>(261.099)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos captados	5.662.059	1.320.342
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.004.076)	(1.130.736)
Aquisição de ações de emissão própria	-	(13.026)
	<u>(1.342.018)</u>	<u>176.580</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		
Varição cambial sobre caixa e equivalentes	<u>11.780</u>	<u>(12.609)</u>
Varição líquida no exercício	(2.075.523)	(493.666)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.067.530	2.291.617
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.992.007</u>	<u>1.797.951</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. (Companhia) é uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com 26 unidades industriais localizadas nos Estados de: São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro e Paraná.

A Companhia distribui seus produtos por meio de centros de distribuição, que estão localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Curitiba e um terminal de contêineres para exportação na cidade de Santos.

Objetivando minimização de custos com transportes, a Companhia se utiliza de operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação.

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A controlada JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho, Estado de São Paulo e Nazário, Estado de Goiás, explora a atividade de engorda de bovinos para abate.

A controlada indireta Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Beef Snacks), localizada em Santo Antônio de Posse, São Paulo, explora o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne in natura no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

Incorporação da Bertin S.A. (Bertin)

Devido a incorporação do frigorífico Bertin, ocorrida em 29 de dezembro de 2009, houve uma sinergia e unificação das operações das duas companhias, em decorrência desse fato, o contexto operacional atual da Companhia incorporou as operações da Bertin a partir de 29 de dezembro de 2009.

A Bertin era constituída por capital 100% nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de alimentos para animais de estimação – produtos pet; produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem. Tinha suas atividades organizadas por unidades de negócios que se agrupam em carnes, couros, energia, óleos, biodiesel, higiene e beleza, produtos pet, fábrica de latas, logística e ambiental.

A Bertin possuía um total de 49 unidades, sendo 15 unidades de Curtume localizadas nos Estados de São Paulo, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Pará, Rondônia e Minas Gerais; 15 unidades Frigoríficas localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Rondônia; 6 unidades Comerciais localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul; 4 unidades de Cosméticos localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná; 2 Transportadoras localizadas no Estado de São Paulo; 3 Beef Shoppings localizados no Estado de São Paulo; 1 unidade de Subprodutos localizada no Estado de Minas Gerais; 1 unidade de Charque localizada no Estado de São Paulo; 1 unidade de Produtos animais "Pet" localizada no Estado de São Paulo e 1 unidade de Reciclagem, localizada no Estado de São Paulo.

Em decorrência da incorporação da Bertin pela Companhia, todos os saldos patrimoniais individuais da Bertin foram incorporados pela Companhia em 29 de dezembro de 2009, consequentemente, nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2009.

b) Atividades no Exterior

A Companhia possui duas controladas indiretas na Inglaterra e Egito para maximizar as vendas e distribuição dos produtos na Europa, Ásia e África.

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com 7 unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

A JBS Argentina possui três subsidiárias, sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales), uma fábrica de latas localizada em Zarate (Argenvases), ambas na Província de Buenos Aires e um frigorífico abatedouro em Córdoba (Col-car).

A controlada JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

A controlada indireta Jerky Snacks Brands, Inc (Jerky Snacks), localizada nos Estados Unidos da América, industrializa e vende Meat Snacks (como Beef Jerky, Smoked Meat Sticks, Kippered Beef Steak, Meat&Cheese, Turkey Jerky e Hunter Sausage). Jerky Snack compra produtos do Brasil e dos Estados Unidos da América, sendo o seu principal mercado consumidor os Estados Unidos da América.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, de aves e suína. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África e Ásia.

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) abate, processa, embala e entrega carnes “in natura” de origem bovina e suína, com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA completou em outubro de 2008 a aquisição da unidade de carne bovina do Grupo Smithfield e também das suas operações de confinamento conhecidas como Five Rivers.

A Smithfield Beef, que foi renomeada para JBS Packerland, possui quatro plantas de abate de bovinos e uma unidade de confinamento de bovinos, e a Five Rivers, atualmente JBS Five Rivers, possui dez unidades de confinamento de bovinos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e onze confinamentos. Na Austrália opera com dez frigoríficos de bovinos e animais de pequeno porte e cinco confinamentos de bovinos, sendo que todos à base de alimentação com grãos, para suprir os seus frigoríficos.

A JBS USA divide a sua operação em dois grandes segmentos: Beef, operando o negócio de origem bovina; e Pork, operando o negócio de origem suína, ambos no mercado norte-americano.

A Companhia detém 50% do capital social da Inalca JBS S.p.A. (Inalca JBS), que é líder absoluta na Itália, sendo uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. A Inalca JBS produz e comercializa uma linha completa de carnes frescas e congeladas, embaladas a vácuo ou divididas em porções, carne enlatada, produtos prontos para consumo, hambúrguer fresco e congelado, carne moída e produtos pré-cozidos. A Inalca JBS opera através de uma estrutura composta de seis unidades na Itália, especializada por linha de produção e nove instalações internacionais localizadas na Europa e na África.

Sua subsidiária integral Montana Alimentari S.p.A. (Montana) é uma das principais operadoras italianas na produção, comercialização e distribuição de carnes curadas, aperitivos e produtos prontos para consumo, oferecendo mais de 230 produtos. Proprietária das marcas históricas “Montana” e “IBIS”, a Montana apresenta uma estrutura industrial de quatro unidades, especializadas por tipo de produção e localizadas em áreas definidas como Denominação de Origem Protegida (D.O.P) e Indicação Geográfica Protegida (I.G.P). A Montana é também uma das principais operadoras no mercado italiano de carne enlatada e de produtos fatiados.

Aquisição da Pilgrim's Pride Corporation (PPC)

No dia 28 de dezembro de 2009 a Companhia concluiu a operação pela qual a sua subsidiária JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% do capital social total e votante da PPC, sediada em Pittsburgh, Texas, EUA, por 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro.

A PPC é uma empresa localizada em Delaware, nos Estados Unidos da América, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de 90 países, os principais produtos são in-natura, refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras interinas consolidadas

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras interinas consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2010.

Adoção inicial do IFRS (International Financial Reporting Standards)

As demonstrações financeiras interinas consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2010 estão de acordo com o IFRS 1 - Primeira adoção ao IFRS.

O IFRS 1 (“First-time adoption of International Reporting Standards” – Primeira adoção das práticas contábeis internacionais) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do IASB em vigor na data de encerramento das primeiras demonstrações financeiras interinas consolidadas nas práticas contábeis internacionais- IFRS. Desta forma, na data base de 31 de março de 2010. O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis internacionais- IFRS, a data de apresentação inicial (data de transição) foi considerada como sendo 1 de janeiro de 2009, sendo esta a data para mensuração inicial e apresentação das divulgações da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras interinas consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação dos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra resultado.

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

De acordo com o IAS 1- Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia está apresentando em seu conjunto de demonstrações financeiras interinas consolidadas:

- i) Balanço patrimonial;
- ii) Demonstração do resultado;
- iii) Demonstração do resultado abrangente, como parte integrante das notas explicativas;
- iv) Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- v) Demonstração dos fluxos de caixa;
- vi) Notas explicativas.

Adicionalmente, como parte integrante das notas explicativas, por prática de mercado e para dar mais detalhes aos usuários das informações financeiras, a Companhia está apresentando, como informação suplementar, a Demonstração do valor adicionado.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras interinas consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período e exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e as internacionais - IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na nota 4.

As demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia eram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM até 31 de dezembro de 2009 e estas práticas diferem, em alguns aspectos, das práticas contábeis internacionais - IFRS.

Na elaboração das demonstrações financeiras interinas consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2010, a Companhia ajustou alguns métodos de contabilização e avaliação, aplicados nas práticas contábeis adotadas no Brasil, para convergência às práticas contábeis internacionais, no intuito de uniformizar com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Os dados comparativos referentes a 2009 (31 de dezembro de 2009, 31 de março de 2009 e 1 de janeiro de 2009) foram refeitos para refletir estes ajustes, à exceção daqueles descritos na isenção das práticas contábeis opcionais e obrigatórias, descritos na nota 4.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. É reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidos para o cliente. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras interinas consolidadas requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas registram seus derivativos de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRIC 9 - Reavaliação de derivados embutidos. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

No caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do período.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo mensurado ao valor justo por meio de resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

e) Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, criação ou produção, que não supera os valores de mercado ou de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada. Essas reavaliações estão sendo realizadas, em sua totalidade, com base na depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada, às taxas anuais mencionadas na nota 12

h) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de "impairment" para avaliação e validação da recuperabilidade dos mesmos.

i) Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38 - Ativos intangíveis.

j) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

k) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

m) Imposto de renda e contribuição social**Impostos correntes**

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são constituídos sobre as reservas de reavaliação e diferenças temporárias. O imposto de renda diferido ativo é constituído sobre os saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

n) Resultado por ação

A companhia apresenta o cálculo do resultado por ação, sendo ele segregado entre básico e diluído, de acordo com os termos do IAS 33 - Resultado por ação.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

o) Consolidação

Na consolidação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, são eliminadas as participações entre as empresas, os saldos de contas a receber e a pagar, e as receitas e as despesas entre elas.

As demonstrações financeiras interinas das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas na Argentina e na Itália aplicadas respectivamente na JBS Argentina e suas subsidiárias e na Inalca JBS e suas subsidiárias, são semelhantes as práticas contábeis internacionais - IFRS.

As práticas contábeis adotadas pela Tupman e Astro, subsidiárias da JBS Trading USA, Inc. e pela Jerky Snacks, localizadas nos Estados Unidos da América, não diferem de forma significativa das práticas contábeis internacionais - IFRS.

As práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América pela JBS USA e suas subsidiárias apresentam diferenças em relação às práticas contábeis internacionais - IFRS, e foram devidamente ajustadas, conforme abaixo:

Estoque: Diferença de metodologia de avaliação de estoque de produtos acabados, pois de acordo com o USGAAP, permite-se que sejam efetuadas valorizações a mercado. No entanto, segundo o IAS 2, tal procedimento é vedado sendo requerido a valorização de produtos acabados pelo método de custo "custo ou mercado, dos dois o menor (NRV)". A diferença de prática em questão acarretou em um ajuste de R\$ 13.860 no grupo de contas de Custo das Mercadorias Vendidas, pois trata-se de um efeito do exercício. Adicionalmente, houve um ajuste de R\$ 112.765 relativo a exercícios anterior que foram diretamente ajustados na conta de Lucros Acumulados.

Impostos diferidos: Em virtude das diferenças de prática supra mencionadas, a Companhia apurou Impostos Diferidos com reflexos no resultado do exercício no montante de R\$ 5.302 (exercício 2010) e na conta de Lucros Acumulados no montante de R\$ 43.133 (exercícios anteriores), respectivamente, de acordo com a competência originada pelos ajustes de GAAP.

p) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras interinas consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considerou as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

r) Conversão de moedas estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras interinas consolidadas de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

s) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras interinas consolidadas, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras interinas consolidadas é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

t) Ativo biológico

De acordo com os requerimentos do IAS 41 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como, cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Market to Market - MtM" cujo efeito deverá ser registrado no resultado do exercício.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

u) Demonstração do resultado abrangente

Demonstração do resultado abrangente é composto da receita líquida, conversão de moeda estrangeira, os ajustes dos instrumentos financeiros derivativos (líquido de impostos), o ganho não realizado (perda) sobre as pensões, ganhos não realizados (perdas) em títulos de investimento líquido dos efeitos tributários relacionados, conforme nota 27

v) Minoritários

De acordo com os requerimentos do IAS 1, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações financeiras interinas consolidadas, como parte integrante do Patrimônio Líquido, assim como, serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração do resultado do exercício.

w) Combinação de negócios

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os resultados das combinações de negócio utilizando o método de compra. No balanço consolidado, os ativos identificáveis das adquiridas, seus passivos e eventuais contingências são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de aquisição. Os resultados das operações adquiridas estão incluídos na demonstração de resultado consolidado na data em que o controle é obtido. Quando subsidiárias são adquiridas em etapas, o valor dos ativos, passivos e contingências são considerados na data das aquisições.

4 Adoção das IFRS pela primeira vez

Devido ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil instituído com o advento da Lei nº 11.638/07, nos exercícios de 2008 e 2009 foram emitidos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações técnicas em consonância com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS.

Em conexão com esse processo de convergência para as práticas contábeis internacionais - IFRS, na data de transição de 1º de janeiro de 2009, os patrimônios líquidos em 31 de março de 2010 e 2009, assim como os resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009, foram reconciliados para as práticas contábeis internacionais - IFRS, não tendo sido geradas diferenças significativas entre os saldos em BRGAAP e IFRS.

Considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais e buscando maior transparência e confiabilidade em suas informações financeiras, usando as prerrogativas constantes da Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, e com base na Deliberação CVM nº 609 de 22 de dezembro de 2009 que trata da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Administração da Companhia decidiu por apresentar, a partir desta data base, as demonstrações financeiras interinas Consolidadas da Companhia adotando o IFRS. Dessa forma as demonstrações financeiras consolidadas interinas da Companhia, em 31 de março de 2010, são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas intermediárias, apresentadas de acordo com IFRS, em conexão com as primeiras demonstrações financeiras anuais de acordo com IFRS a serem elaboradas para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010.

4.1 - Base de transição para IFRS
Aplicação do IFRS 1

As demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2010, comparativas com 31 de março de 2009, são as primeiras demonstrações financeiras elaboradas e apresentadas em conformidade com as IFRS. A Companhia aplicou IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição para às práticas internacionais - IFRS na Companhia é 1 de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura em conformidade com as IFRS nessa data.

As explicações das diferenças de práticas contábeis identificadas na Companhia estão contidas nas respectivas notas explicativas.

	Ref	1 de janeiro de 2009	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldos Contábeis em BRGAAP		6.134.411	25.939
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido		(2.458)	-
Ajustes da diferença no método de apuração dos custos	(a)	151.917	(14.610)
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	(b)	906.737	64.964
Reflexos no resultado do exercício	(c)	(78.708)	-
Imposto de renda diferido	(f)	(58.110)	2.758
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	(g)	14.893	14.893
Outros ajustes		(74.787)	8.655
Total dos ajustes de divergências de práticas		859.484	76.660
Saldos Contábeis em IFRS		6.993.895	102.599

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

		31 de dezembro de 2009	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldos Contábeis em BRGAAP	Ref	16.728.086	129.424
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido		641.254	-
Ajustes da diferença no método de apuração dos custos	(a)	110.244	53.061
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	(b)	675.572	77.784
Reflexos no resultado do exercício	(c)	(68.640)	-
Diferenças entre datas do exercício social	(d)	1.305.900	-
Ganho em compra vantajosa da PPC	(e)	(185.189)	-
Imposto de renda diferido	(f)	(62.964)	(55.359)
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	(g)	37.036	22.143
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	(h)	(6.342)	(6.342)
Ajustes relativos a baixa do ativo diferido	(i)	1	(1.603)
Reflexo de resultado anteriores		(88.808)	-
Outros ajustes		64.371	3.277
Total dos ajustes de divergências de práticas		2.422.435	92.961
Saldos Contábeis em IFRS		19.150.521	222.385

		31 de março de 2010	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldos Contábeis em BRGAAP	Ref	18.626.374	81.771
Ajustes da diferença no método de apuração dos custos	(a)	126.625	13.860
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	(g)	40.674	3.728
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	(h)	(6.342)	-
Ajustes relativos a baixa do ativo diferido	(i)	(5.366)	-
Total dos ajustes de divergências de práticas		155.591	17.588
Saldos Contábeis em IFRS		18.781.965	99.359

(a) - Diferença de metodologia de avaliação de estoque de produtos acabados que em USGAAP estavam avaliados a mercado, entretanto, de acordo com o IAS 2, a valorização de produtos acabados deve ser pelo método de custo (custo ou mercado, dos dois o menor (NRV)).

(b) - Ajustes devido ao IFRS 3R – Business Combination, o qual determina, dentre outras, a aplicação do método de compra com base no valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

(c) - Relação com os ajustes identificados com impacto no resultado do exercício, conforme já relacionados nas notas (a), (b), (f), (g), (h) e (i).

(d) - Refere-se ao ajuste de prática adotado entre a JBS USA e a JBS S.A quanto as datas de fechamento de seus balanços. A aquisição da Pilgrim's concluída em 28 de dezembro de 2009 foi considerada como evento subsequente ao encerramento do balanço da JBS USA, cuja data de encerramento é 27 de dezembro de 2009. No Brasil, a aquisição foi registrada no balanço consolidado da JBS S.A. para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 diante dos efeitos que poderiam ser gerados para a correta apresentação das demonstrações contábeis para este período.

(e) - Refere-se à diferença de práticas relacionadas na letra (b), onde houve ganho de barganha devido ao preço negociado de aquisição, visto que a PPC estava em recuperação judicial, levando a um valor de negociação menor do que o valor de mercado.

(f) - Refere-se ao impacto de imposto de renda diferido relativo às diferenças de práticas identificadas.

(g) - De acordo com o IAS 23 (R) os custos dos empréstimos relacionados aos financiamentos para construção de ativos qualificáveis devem ser agregados ao custo do ativo.

(h) - De acordo com o IAS 41 os ativos biológicos com mercado ativo devem ser valorizados a mercado.

(i) - Atualmente, de acordo com IAS 38, o ativo diferido foi extinto.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4.2 - Interpretações e alterações de normas existentes que recentemente entraram em vigor ou que ainda não estão em vigor

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2010, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, a adoção das mesmas não apresenta impactos relevantes para as operações da Companhia:

Norma	Tópico	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 5	Divulgações exigidas de ativos não correntes (ou grupos de alienação) classificados como mantidos para venda ou operações descontinuadas	A alteração esclarece que o IFRS 5, "Ativos não correntes mantidos para venda e operações descontinuadas" especifica as divulgações exigidas de ativos não correntes (ou grupos de alienação) classificados como mantidos para venda ou operações descontinuadas. Também esclarece que as exigências gerais do IAS 1 ainda são aplicáveis, especialmente as contidas no parágrafo 15 (para uma apresentação adequada) e no parágrafo 125 (fontes de incerteza das estimativas) do IAS 1	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.
IFRS 8	Divulgação de informações relativas ao ativo por segmento	Pequena alteração no texto da norma, bem como alteração na base de conclusões visando a esclarecer que uma entidade deve divulgar uma informação sobre ativos por segmento apenas se essa informação for informada regularmente ao diretor responsável pela tomada de decisões operacionais.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.
IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	A Norma apresenta nova classificação e requisitos de medição de ativos financeiros que substituem a classificação e medição de requisitos previamente incluídos na norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Novos requisitos para a classificação e mensuração dos passivos financeiros, de retirada de instrumentos financeiros, comprometimento e contabilidade de cobertura são esperados para ser adicionados ao IFRS 9 em 2010. Como resultado, a IFRS 9 acabará por ser um substituto completo para o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.
IAS 1	Classificação de instrumentos conversíveis entre correntes e não correntes	Esclarecimento de que a provável liquidação de uma obrigação por meio da emissão de ações não influencia sua classificação em corrente ou não corrente. Ao alterar a definição de passivo corrente, a alteração permite que uma obrigação seja classificada como não corrente (desde que a entidade detenha o direito incondicional de diferir a liquidação por meio da transferência de caixa ou outros ativos pelo período mínimo de 12 meses após o exercício social) não obstante o fato de que a contraparte pode exigir a colocação de ações pela entidade a qualquer momento.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.
IAS 7	Classificação de gastos com ativos não reconhecidos	Alteração estabelecendo a exigência de que apenas gastos que resultem em um ativo reconhecido no balanço pode ser classificado como atividades de investimento.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.
IAS 17	Classificação de arrendamentos de terrenos e edifícios	Eliminação da orientação específica relacionada com a classificação de arrendamentos de terrenos visando a eliminar a inconsistência com a orientação geral na classificação de arrendamentos. Consequentemente, os arrendamentos de terrenos devem ser classificados como financeiros ou operacionais com base nos princípios gerais do IAS 17.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

IAS 18	Determinar se uma entidade está agindo como principal ou como agente	Orientação complementar acrescentada no anexo do IAS 18 "Receita" sobre a determinação do fato de uma entidade estar agindo como principal ou como agente.	Não aplica, pois o anexo não faz parte da Norma.
IAS 24	Divulgação de transação com partes relacionadas	Alterações à IAS 24 - Divulgação de Partes Relacionadas. A Norma revisada simplifica os requisitos de divulgação para as entidades que são controladas, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por um governo (referido como entidades ligadas ao governo) e clarifica a definição de uma parte relacionada. A Norma exige a aplicação retroativa. Assim, no ano do requerimento inicial, divulgações para o período comparativo terá de ser corrigido. Aplicação mais cedo é permitida, quer de toda a Norma revista ou da isenção parcial para o governo, entidades ligadas. Se uma entidade aplicar a norma ou a isenção total ou parcial, por um período com início antes de 1 de janeiro de 2011, é obrigado a divulgar esse fato.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.
IAS 36	Unidade de contabilização de testes de impairment econômica do ágio	Alteração para esclarecer que a maior unidade geradora de caixa (ou grupo de unidades) à qual o ágio deve ser apropriado para fins de testes do valor recuperável de ativos (impairment testing) é um segmento operacional conforme definido no parágrafo 5 do IFRS 8, "Segmentos operacionais" (ou seja, antes da agregação de elementos com características econômicas semelhantes permitidas pelo parágrafo 12 do IFRS 8).	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.
IAS 38	Mensurando o valor justo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios	As alterações nos parágrafos 40 e 41 do IAS 38 para esclarecer a descrição das técnicas de avaliação normalmente usadas pelas entidades ao mensurar o valor justo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios que não sejam negociados em mercados ativos	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.
IAS 39	Tratamento de multas por pagamento antecipado de empréstimos com derivativos estreitamente relacionados	Esclarecimento de que as opções de pagamento antecipado, cujo preço de exercício compensa o credor por perda de juros reduzindo a perda econômica decorrente do risco de reinvestimento deve ser considerada estreitamente relacionada com o contrato de dívida principal.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010.

5 Aquisição da Pilgrim's Pride Corporation (PPC) e Incorporação da Bertin S.A. (Bertin)

Em 28 e 31 de dezembro de 2009, a Companhia adquiriu, através de sua subsidiária JBS USA, 64% do controle acionário da PPC e incorporou a Bertin, respectivamente, conforme comunicados feitos ao mercado àquela época.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO - Pró - forma

Devido a incorporação da Bertin pela Companhia e aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC pela JBS USA, em data próxima ao encerramento do exercício de 2009, o resultado consolidado, em 31 de março de 2010, sofreu significativo acréscimo, que dificulta a comparabilidade com as demonstrações financeiras interinas consolidadas do período anterior. Com objetivo de prover melhores condições de análise dessas demonstrações financeiras interinas consolidadas, com relação à comparabilidade das mesmas, estão sendo apresentados a seguir, o resultado (pró-forma) do consolidado em 31 de março 2009, incluindo a referida incorporação e aquisição de investimento relevante pela subsidiária JBS USA, com objetivo exclusivo de demonstrar o resultado combinado dessas empresas no primeiro trimestre de 2009 com o resultado auferido pela Companhia no trimestre corrente:

JBS S.A.

 Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
 (Em milhares de reais)

	31.03.10	31.03.09 "Pró-forma"			JBS S.A. Bertin S.A. PPC
	JBS S.A.	JBS S.A. (Consolidado)	Bertin S.A.	PPC	JBS S.A. Bertin S.A. PPC
Receita operacional líquida	12.550.285	9.267.927	1.772.602	3.924.880	14.965.409
Custo dos produtos vendidos	(11.110.741)	(8.509.805)	(1.358.301)	(3.697.851)	(13.565.957)
LUCRO BRUTO	1.439.544	758.122	414.301	227.029	1.399.452
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(906.129)	(629.738)	(266.983)	(181.093)	(1.077.814)
Resultado financeiro líquido	(367.005)	(446.582)	(87.712)	(95.620)	(629.914)
Demais (despesas) receitas	(67.522)	(618)	1.606	(80.712)	(79.724)
Imposto de renda e contribuição social	(34.290)	(4.803)	(13.014)	(5.425)	(23.242)
Participação minoritária no resultado de controladas	34.761	935	2.682	-	52.512
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	99.359	(322.684)	50.880	(135.821)	(358.729)
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (Resultado antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)					
Resultado antes da provisão para IR/CS	98.888	(318.816)	61.212	(130.396)	(388.000)
Resultado financeiro líquido	367.005	446.582	87.712	95.620	629.914
Depreciação e amortização	318.934	83.776	62.366	139.859	286.001
Despesas extraordinárias	77.134	-	-	-	-
VALOR EBITDA	861.961	211.542	211.290	105.083	527.915

BALANÇO PATRIMONIAL NA DATA DE APRESENTAÇÃO INICIAL (Transição) - Pró - forma

Os saldos de ativo e passivo, para fins de adoção às normas internacionais de contabilidade, devem ser comparativos com o período anterior, e adicionalmente, com o saldo de abertura em IFRS, sendo este 1 de janeiro de 2009. Devido a incorporação da Bertin pela Companhia e aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC pela JBS USA ter ocorrido em data próxima ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não constam no saldo de abertura esses dois representativos investimentos. Dessa forma, com objetivo de prover aos usuários das demonstrações financeiras interinas consolidadas uma comparabilidade entre os saldos, demonstramos abaixo um balanço pró-forma de como seria o saldo de abertura em IFRS, na data de transição de 1 de janeiro de 2009, incluindo a incorporação da Bertin pela Companhia e aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC pela JBS USA:

ATIVO	1 de janeiro de 2009 "Pró-forma"			
	JBS S.A. (Consolidado)	Bertin S.A.	PPC	JBS S.A. com Bertin e PPC
Disponibilidades e aplicações financeiras	2.291.619	2.394.029	93.760	4.779.408
Contas a receber de clientes	2.256.721	851.504	882.101	3.990.326
Estoques	2.549.673	1.088.926	1.860.322	5.498.921
Imposto a recuperar	623.022	938.638	-	1.561.660
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.805.453	254.389	546.765	2.606.607
Investimentos em controladas	-	14.022	133.676	147.698
Imobilizado	5.825.225	4.126.023	3.845.580	13.796.828
Intangível e diferido	2.107.745	1.001.302	151.484	3.260.531
TOTAL DO ATIVO	17.459.458	10.668.833	7.513.689	35.641.980
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Fornecedores	1.930.998	665.046	497.874	3.093.918
Empréstimos e financiamentos	5.612.088	5.546.941	333.513	11.492.542
Outros passivos circulantes e não circulantes	2.922.477	1.230.036	6.394.756	10.547.269
Participação de minoritários	(2.457)	54.713	-	52.256
Patrimônio líquido	6.996.352	3.172.097	287.544	10.455.993
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.459.458	10.668.833	7.513.689	35.641.980

6 Combinações de negócios

6.1 - Incorporação Bertin

Em 16 de setembro de 2009, a J&F e a ZMF, até então acionistas da Companhia e os acionistas controladores do Bertin, concordaram em iniciar um processo de associação das empresas, sendo o Bertin uma empresa brasileira que era uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina. De acordo com os termos do contrato de associação: (1) os acionistas controladores da Companhia concordaram em contribuir as ações da Companhia por eles detidas, direta ou indiretamente, representativas de 51,4% da Companhia, em troca de ações a serem emitidas por uma holding recém constituída, denominada FB Participações S.A.; e (2) os acionistas controladores do Bertin concordaram em contribuir a totalidade de suas ações representativas de 73,1% do Bertin em troca de ações que serão emitidas pela FB Participações.

Em 23 de dezembro de 2009 os antigos controladores da Companhia, J&F e ZMF, contribuíram a totalidade das 632.781.603 e 87.903.348 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por cada acionista, respectivamente, para aumento de capital da FB Participações, atual acionista da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2009 referido processo de associação foi concluído com o Bertin através de uma reorganização societária que, após a prévia incorporação da totalidade das 28.636.178 ações de emissão do Bertin pela Companhia, em 29 de dezembro de 2009, resultou na incorporação do Bertin pela Companhia. Os acionistas controladores do Bertin contribuíram a totalidade das 679.182.067 ações da Companhia que tais acionistas receberam em virtude da incorporação de ações acima mencionada em aumento de capital da FB Participações, no valor total de R\$ 4.949.046, mediante a emissão de 2.334.370.128 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da FB.

Com relação aos ganhos esperados esperadas com a incorporação do Bertin, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e acredita que poderá se beneficiar com a redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administração, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações.

O valor do negócio, que ocasionou a incorporação do Bertin pela Companhia, foi realizado pelo montante de R\$ 11.987.963, correspondente a incorporação de 100% do patrimônio líquido da incorporada. O valor pago está fundamentado pelo valor econômico do Bertin na data da operação, e o ágio total (excesso) gerado foi de R\$ 9.460.609, como segue na tabela abaixo:

Resumo da operação de alocação do ágio

Valor investido na Bertin	11.987.963
Patrimônio Líquido da Bertin em 31/12/2009	2.527.354
Ágio gerado na operação	9.460.609

Para fins de alocação do ágio, nos termos da IFRS 3 (R), foram apuradas mais valias referentes aos grupos de imobilizado e intangível (basicamente marcas e patentes). Os passivos fiscais diferidos e demais ajustes nos ativos (como despesas antecipadas) não são aplicáveis, conforme IFRS 3 (R) e IAS 12. Com relação às marcas e patentes foram considerados as avaliações da divisão de Lácteos (Vigor e Leco), e também do segmento de processados da divisão carnes (Bertin). O cálculo do ágio residual por rentabilidade futura (goodwill), após a alocação das mais valias geradas às determinantes contas do ativo que as originaram, encontra-se apresentado abaixo:

Alocação do ágio - R\$ mil

Ágio gerado na operação	9.460.609
(-) Valor justo do imobilizado	(146.152)
(-) Valor justo de marcas e patentes	(267.959)
(+) Reflexo do IR/CS das investidas	23.428
Ágio residual (Goodwill)	9.069.926

A parcela residual do ágio após as alocações supramencionadas foi registrada como "Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura", para fins contábeis, o qual não é amortizável, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade (teste de impairment) para atendimento ao IAS 38.

6.2 - Aquisição da Pilgrim's Pride

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA Holdings celebrou um acordo de compra de ações com a Pilgrim's Pride Corporation - PPC ("Acordo PPC"), que estava operando sob a proteção do capítulo 11 do Código de Falências dos E.U.A.. Nos termos do Acordo PPC e Plano de Reestruturação PPC, a JBS USA Holdings comprou 64% das ações da PPC em circulação através de um investimento direto de US\$ 800.000 mil (R\$ 1.392.960) em 28 de dezembro de 2009 para que a PPC saísse da situação de falência. Os US\$ 647.988 mil (R\$ 1.128.277) inicialmente atribuído à participação de não controladores foi calculada com base no número de ações ordinárias em circulação (77.141.389), multiplicado pelo preço de cotação da ação no mercado de US\$ 8,40 na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos durante a compra da PPC foram de US\$8.300 mil (R\$ 14.500), dos quais foram registrados US\$ 3.300 mil (R\$ 5.700) durante o exercício de 2009 e US\$ 5.000 mil (R\$ 8.000 mil) durante o período encerrados em 28 de março de 2010 (encerramento trimestral na PPC). A aquisição resultou em um ganho de barganha de US\$ 106.357 (R\$ 191.701) reconhecido diretamente ao resultado da JBS USA. O ganho foi reconhecido com base no excesso do valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação ao preço de aquisição e o valor justo agregado das participações minoritárias, sendo reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2009.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refletem a aquisição da PPC contabilizada como uma aquisição em conformidade com o IFRS 3 – Combinação de Negócios (“Business Combinations”). A JBS USA adquiriu a participação de 64% do capital da PPC, a fim de adicionar produtos de frango à existente linha de carne de boi e de porco, permitindo a venda cruzada diante dos clientes com o intuito de diversificar os riscos típicos da indústria, tais como os ciclos da própria indústria e mudanças na preferência dos consumidores de proteínas. Os ativos adquiridos incluem 29 unidades operacionais de frango, apoiados por 31 fábricas de ração, 41 incubadoras, onze instalações de processamento, nove unidades de transformação, e três instalações de ração para animais domésticos nos Estados Unidos e México.

Os resultados da PPC estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia a partir da data de aquisição, incluindo encargos de reestruturação administrativa de US \$ 25.900 mil (R\$ 45.100) e itens de reorganização de US\$ 7.100 milhões (R\$ 12.400), lançados durante o período encerrado em 28 de março de 2010.

A alocação do preço de compra e preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra preliminar é apresentada a seguir e está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R). Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 28 de dezembro de 2009.

Apouração do ganho de barganha

Valor investido na Pilgrim's Pride Corporation - PPC	1.392.960
Valor justo da participação de não controladores	<u>1.128.277</u>
Total do valor pago e participação de não controladores	2.521.237
Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos	<u>2.712.938</u>
Valor estimado do ganho de barganha	<u>191.701</u>

Alocação do valor estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos na Pilgrim's Pride Corporation - PPC:

A alocação do valor estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos, nos termos da IFRS3 (R), foram utilizadas apenas as mais valias referentes aos grupos de imobilizado e intangível e menos valia de ativos correntes. Os passivos fiscais diferidos e demais ajustes nos ativos (como despesas antecipadas) não são aplicáveis, conforme IFRS 3 (R) e IAS 12. O valor justo da participação dos não controladores na adquirida foi mensurado na data da aquisição, com base nos preços no mercado ativo das ações não detidas pela adquirente.

(+) Valor justo do imobilizado	1.126.818
(+) Valor justo de intangíveis	72.610
(-) Valor justo de outros ativos correntes	(31.832)
(-) Reflexo do IR/CS das investidas	(469.406)
(-) Valor justo da participação dos não-controladores	<u>(506.489)</u>
Total da alocação do preço de compra	<u>191.701</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentadas:

	<u>31.03.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>1.01.09</u>
Disponibilidades	2.147.231	4.551.441	975.196
CDB - DI	649.879	497.268	1.150.604
Fundos de investimentos	194.897	18.821	165.819
	<u>2.992.007</u>	<u>5.067.530</u>	<u>2.291.619</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os fundos de investimentos estão representados por aplicações em fundos multi mercados, abertos a público qualificado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

8 Contas a receber de clientes

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Duplicatas a vencer	2.266.207	2.279.432	1.679.292
Duplicatas vencidas:			
De 1 a 30 dias	613.397	606.157	449.001
De 31 a 60 dias	161.230	167.136	71.726
De 61 a 90 dias	91.183	68.543	24.236
Acima de 90 dias	325.338	233.347	63.050
Ajuste a valor presente	-	-	(1.191)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(164.662)	(153.178)	(29.393)
	1.026.486	922.005	577.429
	3.292.693	3.201.437	2.256.721

Conforme IFRS 7, segue a movimentação da PCLD:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Saldo inicial	(153.178)	(29.393)	(9.164)
(+) Adições	(8.594)	(11.395)	(9.364)
(+) Incorporação	-	(109.605)	(12.606)
(+) Variação Cambial	(2.890)	(2.785)	1.741
Saldo final	(164.662)	(153.178)	(29.393)

9 Estoques

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Produtos acabados	2.303.467	2.143.166	1.770.198
Produtos em processo	198.825	215.102	157.745
Matéria-prima	809.317	411.308	70.213
Ativos biológicos ⁽¹⁾	262.990	263.174	279.356
Almoxarifado	332.759	693.513	272.161
	3.907.358	3.726.263	2.549.673

⁽¹⁾ - Ativos biológicos: Compostos basicamente por animais vivos, em sua maioria, em confinamento.

Ativos biológicos

De acordo com os requerimentos do IAS 41 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como, cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Market to Market - MtM", no mínimo durante os encerramentos trimestrais e de exercício, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado do período ou exercício. No entanto, a norma evidencia que, para os casos em que não há mercado ativo, como os apresentados pela empresa JBS USA Holdings, uma ou mais das seguintes alternativas para a determinação do valor justo deverá ser adotada:

- o preço de mercado da transação mais recente, considerando que não tenha havido nenhuma mudança significativa nas circunstâncias econômicas entre a data da transação e a de encerramento das demonstrações financeiras interinas consolidadas;
- preços de mercado de ativos similares com ajustes para refletir diferenças; e
- padrões do setor, tais como o valor de pomar expresso pelo valor de embalagem padrão de exportação, alqueires ou hectares, e o valor de gado expresso por quilograma ou arroba de carne.

Há uma premissa de que o valor justo dos ativos biológicos podem ser mensurado de forma confiável. Contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser determinado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para estimá-los não são claramente confiáveis. Em tais situações, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Conforme mencionado anteriormente, parte dos ativos biológicos da empresa JBS USA Holdings não serão valorizados a mercado, adotando-se os procedimentos de valorização pelo custeio por absorção, pelos seguintes motivos:

Frangos – A empresa Pilgrim's Pride Corporation possui atividade de criação de frango, no entanto, em virtude do período de "maturação", que compreende o período entre o ovo até o momento do abate, ser inferior a 45 dias, não possui mercado ativo;

Porco e Cordeiro – A unidade da JBS na Austrália mantém porcos e cordeiros em sistema de confinamento e não há mercado ativo para tais atividades;

Gado Bovino – A unidade da JBS na Austrália mantém gado bovino em sistema de confinamento e não há mercado ativo confiável em virtude de sua "era", pois trata-se de gado bovino superior a 180 dias, no entanto, o mercado ativo contempla apenas gado bovino entre 75 e 100 dias.

Abaixo, apresentamos a composição dos ativos biológicos, das empresas localizadas nos Estados Unidos da América, cujos saldos são mensurados ao custo:

EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Frango	1.079	958	869
Porco e Cordeiro	8.800	8.629	13.893
Gado	198.434	195.667	234.502
Total de ativo biológico avaliado a custo	208.313	205.254	249.264

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades no Brasil são representados integralmente por gados bovinos em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para os mesmos, conforme demonstrado abaixo:

EMPRESAS NO BRASIL	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Gado	5.741	13.549	-
Gado a pasto	21.803	16.333	-
Total de ativo biológico avaliado a mercado	27.543	29.883	-

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades na Itália são representados integralmente por gados bovinos em sistema de confinamento (intensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para os mesmos, conforme demonstrado abaixo:

EMPRESA NA ITALIA	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Gado	27.134	28.037	30.092
Total de ativo biológico avaliado a mercado	27.134	28.037	30.092

10 Impostos a recuperar

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
ICMS / IVA / VAT	1.060.642	1.018.822	476.761
IPI	113.757	112.863	111.447
PIS e COFINS	375.197	355.882	32.957
IRRF	102.451	93.324	29.612
Outros	105.506	100.890	38.734
Ajuste a valor presente	-	-	(1.182)
	1.757.553	1.681.781	688.329
Desmembramento:			
Ativo circulante	1.142.805	1.066.033	623.022
Ativo não circulante	614.748	615.748	65.307
	1.757.553	1.681.781	688.329

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

O mencionado saldo credor está em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem), o qual vem sendo contestado pelo Estado de São Paulo. Todavia, o procedimento adotado pela Companhia está amparado na legislação tributária vigente, conforme opinião de seus consultores jurídicos externos e internos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Com base em estudos realizados pela Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, os referidos créditos de ICMS foram segregados quanto à sua realização, de circulante para não circulante, no montante de R\$ 320.000 no consolidado, realizados no período findo em 31 de março de 2010.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados na Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, amparadas na jurisprudência em decisões da Câmara Superior do Conselho de Contribuintes e por seus assessores jurídicos, que julgam ser "praticamente certo" o êxito nessas demandas judiciais, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R\$144.505. Desse total foram recebidos até o momento o montante de R\$ 28.986 permanecendo um saldo remanescente, registrado no ativo não circulante, de R\$ 115.519.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.03.10			31.12.09		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contratos de mútuo	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contratos de mútuo
CONTROLADORA						
Subsidiárias diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	-	-	13.757	-	-	11.455
JBS Confinamento Ltda.	99	3.126	86.528	138	4.638	76.010
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	-	1.893	51.551	-	500	49.043
JBS USA, Inc	-	-	(801.947)	-	-	-
Inalca JBS S.p.A	697	4	-	3.479	4	-
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	-	-	(1.158.127)	-	-	(941.640)
Subsidiárias indiretas						
JBS Global Beef Company Lda.	48	-	(41.854)	48	-	(40.918)
JBS Global (UK) Limited	13.625	-	-	21.920	-	-
JBS Argentina S.A.	-	798	53.868	-	2.259	-
The Tupman Thurlow Co.	5.364	-	14.441	4.432	-	13.943
Global Beef Trading SU Lda.	1.534	238	-	521	-	-
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	20	8	76.883	7	-	74.373
Beef Snacks International BV	-	-	3.712	-	-	3.569
JBS HU Ltd	-	-	(94.749)	-	-	(90.108)
Marr Russia L.L.C	5.069	-	-	1.734	-	-
SARL Inalca Algerie	-	4	-	-	-	-
Austrália Meat	-	610	-	-	1.144	-
Subsidiárias incorporadas ⁽²⁾						
Fabrica de Prod. Alimentos Vigor S.A.	2.858	2	(175.824)	3.029	281.257	-
Cia Leco de Prod. Alimentos	343	-	2.621	2.152	-	-
Cascavel Couros Ltda	115.629	3.325	(195.498)	112.872	230.771	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	277	244	2.310	1.024	112	-
Biolins Energia Ltda.	3.445	789	35.610	34.382	22	-
Sampco Inc.	41.107	-	-	30.529	-	11.951
Frigorífico Canelones S.A.	-	259	-	-	533	-
Wonder Best Holding Company	15.284	-	-	10.857	-	-
Trump Asia Enterprise Ltd	6.888	-	-	6.422	-	-
Bertin Paraguay	-	-	3.740	-	-	3.660
Bertin USA Corporation	-	-	18.790	-	-	-
Outras empresas ligadas						
JBS Agropecuária Ltda.	15	-	-	137	2.446	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	2.302	379	-	5.297	238	-
	214.604	11.679	(2.104.188)	238.980	523.924	(828.662)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA	1.01.09		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contratos de mútuo
Subsidiárias diretas			
Mouran Alimentos Ltda.	-	-	5.719
JBS Confinamento Ltda.	215	8	14.959
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	-	2.735	57.282
JBS Global A/S (Dinamarca)	-	-	(531)
JBS USA, Inc	-	-	1.580.340
Inalca JBS S.p.A	6.798	-	-
Subsidiárias indiretas			
JBS Global Beef Company Lda.	-	-	(54.920)
JBS Global (UK) Limited	24.625	-	-
JBS Argentina S.A.	-	677	-
The Tupman Thurlow Co.	34.258	715	18.488
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	5	-	72.135
Beef Snacks International BV	-	-	4.463
Marr Russia L.L.C	-	-	2.933
SARL Inalca Algerie	129	-	-
Frimo S.A.M.	-	4	-
Outras empresas ligadas			
JBS Agropecuária Ltda.	143	7.540	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	1.813	83	-
	67.986	11.762	1.700.868

JBS S.A.

 Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
 (Em milhares de reais)

	31.03.10			31.03.09		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Subsidiárias diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	503	-	-	382	-	-
JBS Confinamento Ltda.	2.343	12.673	259	766	471	106
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	2.070	10.029	-	2.795	9.148	-
JBS Global A/S (Dinamarca)	-	-	-	4	-	-
JBS USA, Inc	(497)	986	1.427	21.636	-	712
Inalca JBS S.p.A	-	-	6.879	-	-	7.804
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	(10.775)	-	-	-	-	-
Subsidiárias indiretas						
JBS Global (UK) Limited	-	-	13.951	-	-	16.414
JBS Argentina S.A	-	2.219	-	-	36.208	-
The Tupman Thurlow Co.	195	-	6.293	323	-	26.805
Global Beef Trading SU Lda.	-	448	7.589	-	-	13.363
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	2.230	8	-	2.704	-	149
Beef Snacks International	84	-	-	71	-	-
JBS HU Ltd	(2.640)	-	-	-	-	-
Marr Russia L.L.C	-	-	12.920	35	-	29.611
Swift & Company Trade Group	-	-	124	-	-	-
Subsidiárias incorporadas ⁽²⁾						
Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor S.A.	-	13	-	-	-	-
Cascavel Couros Ltda	-	6.673	-	-	-	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	-	402	-	-	-	-
Biolins Energia Ltda.	-	4.141	-	-	-	-
Sampco Inc.	156	-	-	-	-	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	939	-	-	-	-
Bertin Paraguay	83	-	-	-	-	-
Outras empresas ligadas						
JBS Agropecuária Ltda.	-	457	137	-	6.317	57
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	179	9.710	-	685	20.220
	(6.248)	39.167	59.289	28.716	52.829	115.241

⁽²⁾ - Refere-se às subsidiárias da incorporadora Bertin, que para fins de melhor visualização e evidenciação aos usuários das informações, foram destacadas, tendo impacto apenas em ativos e passivos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US\$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A controladora J&F Participações S.A. é garantidora da operação de captação de Eurobonds da Companhia no montante de US\$ 275 milhões com vencimento em 2011.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de vendas mercantis, realizadas a preços e condições normais de mercado, quando existentes.

Nos contratos de mútuo incidem variação cambial e juros, quando aplicável.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, e exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e saldo inicial em 1 de janeiro de 2009 não foram registradas quaisquer provisões para créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R\$ 352.436 em 31 de março de 2010 (R\$ 326.972 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 54.777 em 1.01.2009), possui a seguinte composição:

a) Empresas não consolidadas

O montante R\$ 303.315 (R\$ 279.405 em 31 de dezembro de 2009) referente a utilização de parte da linha de crédito de US\$ 200 milhões, sobre a qual incide juros de mercado, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

- i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel em bases usuais de mercado;
- ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeça ao ano, a partir de 2009 até 2011, realizado em bases usuais de mercado.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US\$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

b) Empresas consolidadas parcialmente

O montante de R\$ 49.121 (R\$ 47.569 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 54.569 em 1 de janeiro de 2009) referente a créditos de subsidiárias consolidadas parcialmente, conforme detalhamento abaixo:

	31.03.10	31.12.09	1.01.2009
Beef Snacks do Brasil Ltda.	38.441	37.186	40.321
Beef Snacks International BV.	3.757	3.722	5.012
Jerky Snacks Brands, Inc.	6.923	6.661	9.444
	49.121	47.569	54.777

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, no trimestre findo em 31 de março de 2010, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e saldo inicial em 1 de janeiro de 2009 está demonstrado a seguir:

	Membros	31.03.10	31.12.09	1.01.2009
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	8	963	4.243	3.000
	8	963	4.243	3.000

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Jurídico e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

Com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

JBS S.A.

 Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
 (Em milhares de reais)

12 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido		
					31.03.10	31.12.09	1.01.09
Imóveis	3 a 20%	5.697.909	116.742	(456.120)	5.358.531	4.987.115	1.572.864
Terra nua e terrenos	-	2.379.377	9.352	(43.437)	2.345.292	1.958.941	844.267
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	6.849.995	44.705	(1.317.297)	5.577.403	6.022.602	2.014.090
Instalações	10%	920.181	21.815	(100.685)	841.311	768.024	97.289
Equipamentos de informática	20 a 100%	157.929	754	(82.763)	75.920	82.727	37.046
Veículos	14 a 50%	610.610	195	(195.689)	415.116	331.559	80.101
Obras em andamento	-	587.254	-	-	587.254	804.635	1.105.083
Outros	10 a 100%	151.254	3.866	(86.974)	68.146	62.684	74.485
Provisão para redução ao valor recuperável		-	-	-	(599)	(599)	-
		17.354.509	197.429	(2.282.965)	15.268.374	15.017.688	5.825.225

Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.09	Adoção inicial IFRS	Adições	Baixas	Depreciação	Varição cambial	31.03.10
	15.017.688	3.730	319.560	(33.047)	(296.624)	257.067	15.268.374

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de março de 2010, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R\$ 197.429 a reserva de reavaliação é de R\$ 110.922 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 52.569. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 33.938

Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Decorrente da momentânea paralisação das atividades da subsidiária indireta Beef Snacks, a Administração contratou empresa especializada, SETAPE - Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., para avaliação do valor líquido de venda, com base em avaliação a mercado dos bens, deduzidos dos possíveis custos de transação para os terrenos, edificações, máquinas e equipamentos que compõe a estrutura fabril da Empresa, sendo que foi identificada uma necessidade de constituição de provisão para desvalorização desses ativos, quando avaliados pelo seu "valor líquido de venda", no montante de R\$ 1.198, registrados no resultado da Beef Snacks de 31 de dezembro de 2009, na conta de outras receitas e despesas operacionais. Devido ao fato dessa investida indireta ser parte de uma joint venture, onde a Companhia participa em 50% do capital da empresa, apenas esse percentual do impairment é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. Sendo que, atualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados foram devidamente revisadas e aplicadas a partir de 1 de janeiro de 2010.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1 de janeiro de 2009, encontram-se apresentados abaixo:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Imobilizado em andamento	583.524	782.494	1.090.190
(+) custos de empréstimos capitalizados	3.730	22.141	14.893
	587.254	804.635	1.105.083

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

13 Intangível

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Ágio	11.374.531	12.020.947	2.069.749
Marcas e patentes	631.977	452.574	9.615
Softwares	15.990	6.165	-
Direito de exploração do uso da água	34.780	117.534	28.381
Carteira de clientes	689.359	647.585	-
Outros Intangíveis	46.788	119.037	-
	12.793.425	13.363.842	2.107.745

Movimentação do ativo intangível

	31.12.09	Ajuste adoção inicial IFRS	Amortização ⁽⁶⁾	Variação cambial	31.03.10
	13.363.842	(540.445)	(22.309)	(7.663)	12.793.425

Ágio

⁽⁶⁾ - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

Na Companhia

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA Holdings, Inc., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 877.609, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.656.

Em janeiro de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da JBS Trading USA, Inc., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 21.725, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram, não superior a 10 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 6.035.

Em março de 2008 a Companhia adquiriu 50% do capital social da Inalca S.p.A., a qual passou a se chamar Inalca JBS, tendo apurado um ágio de EUR 94.181 mil que corresponde em 31 de março de 2010 a R\$ 226.750 fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R) - Combinações de negócios, será alocado no exercício de 2010 às respectivas contas do ativo que determinaram essa mais valia.

Na Companhia - Decorrente da incorporação da Bertin

Ágio aquisição da Bertin USA Corporation	13.183
Ágio aquisição da Novaprom Foods Ingredients	12.000
Ágio aquisição das ações da Vigor	798.503
Ágio aquisição da Phitoderm	4.044
Ágio aquisição da Goult Participações	48.598
Ágio aquisição das ações da Leco	13.846
	890.174

Em controladas

A JBS USA possui ágio no montante de US\$ 217.720 mil, que corresponde em 31 de março de 2010 a R\$ 387.759 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias, adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de \$53.341 mil pesos, que corresponde em 31 de março de 2010 a R\$ 24.505. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A Inalca JBS possui ágio no montante de EUR 12.171 mil, que corresponde em 31 de março de 2010 a R\$ 29.303 proveniente da aquisição das empresas Montana, Frimo e Guardamiglio, fundamentado na mais valia de ativos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

No Consolidado - Decorrente da incorporação da Bertin

Ágio aquisição da International Foods Parkers	2.793
Ágio aquisição da Bertin Holding Inc	19.905
Ágio aquisição da Misr Cold	20.301
Ágio aquisição da Rigamonti	45.779
Ágio aquisição da Serrabella	1.459
Ágio aquisição da IFPSA	4.301
Ágio aquisição da Wonder Best	830
Ágio aquisição da International Foods Parkers	6.103
	101.471

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R) - Combinações de negócios.

14 Fornecedores

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Commodities - Compra de gado	891.769	686.267	897.296
Materiais e serviços	1.478.166	1.642.047	916.293
Produtos acabados	84.068	217.722	119.356
Ajuste a valor presente	-	-	(1.947)
	2.454.003	2.546.036	1.930.998

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	31.03.10	31.12.09	1.01.09
FINAME	TJLP e juros de 2,75% a 2,88%	330.195	330.159	231.700
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,73%	511	182.997	-
FINAME	10,08%	23.528	25.606	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	37.395	427.127	-
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	21.117	22.588	-
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	559	974	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	16.145	16.184	26.380
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Juros de 3,50% a 8,53%	-	2.699	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 7,20%	1.853.159	1.633.724	714.885
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 4,65% a 8,90%	50.813	126.847	-
EXIM - fomento à exportação	a 3,10%	122.991	185.136	177.407
EXIM - fomento à exportação	18,27%	587.629	326.678	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	491.906	485.439	651.713
USD Bonds	Juros de 11,625%	1.233.904	1.167.053	-
Tasman revolver	BBSY e juros de 1,60%	85	72.646	-
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	1.327	315.032	-
PPC - US revolver	Juros de 6,75%	668.076	174.120	-
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	1.393.947	1.999.619	-
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	75.294	71.953	-
PPC - US bonds	9,25%	9.334	8.826	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	15.430	14.976	51.113
Capital de giro - Dólares Americanos	3,20%	48.682	46.446	373.893
Capital de giro - Dólares Australianos	BBSY + 0,975% a 1,6%	-	-	160.166
Capital de giro - Euros	1,75%	304.351	310.830	418.241
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,00%	1.536.368	1.521.175	516.838
144-A	Variação cambial e juros de 10,25% a 10,50%	542.715	1.170.012	731.569
NCE/COMPROR	CDI e juros de 2,0%	1.690.878	1.536.301	1.558.183
NCE/COMPROR	CDI	1.150.882	1.208.951	-
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	897.998	87.370	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	5.408	5.746	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	33.415	34.670	-
Capital de Giro Agrícola	TR e Juros de 10,50%	77.604	75.686	-
Capital de Giro Industrial	CDI	358.775	596.314	-
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	15.778	26.016	-
EGF	Juros de 6,75%	9.627	8.212	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	5.095	207.862	-
Outros		-	1.139	-
		13.610.921	14.427.113	5.612.088

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Desmembramento:

Passivo circulante	5.432.493	5.123.099	2.210.380
Passivo não circulante	8.178.428	9.304.014	3.401.708
	13.610.921	14.427.113	5.612.088

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:

2010	-	-	796
2011	1.587.626	3.197.241	666.020
2012	1.731.495	1.640.619	1.416.958
2013	819.653	714.865	322.770
2014	2.552.641	2.348.104	248.111
2015	79.507	32.866	747.053
2016	1.211.884	1.178.922	-
2017	185.084	6.862	-
2018	6.565	180.563	-
2019	3.973	3.972	-
	8.178.428	9.304.014	3.401.708

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia, pela controlada JBS Holding Internacional S.A. e pela incorporada Bertin e subsidiárias NovaProm e Bracol Couros, e representam US\$ 1.069.047 em 31 de março de 2010 (US\$ 1.011.125 em 31 de dezembro de 2009 e US\$ 305.899 em 1 de janeiro de 2009), destinados a financiamento das operações de exportações.

EURO BONDS - Em 26 de janeiro e 8 de fevereiro de 2006, a Companhia efetuou uma captação de US\$ 200 milhões, com uma subsequente reabertura de US\$ 75 milhões, totalizando US\$ 275 milhões, por meio de Euro Bonds, com prazo de cinco anos para pagamento e cupom de 9,375% ao ano. A operação está garantida pela Companhia e por sua controladora indireta, J&F Participações S.A, como avalistas.

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US\$ 700 milhões por meio de US\$ Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US\$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e por controlada JBS USA e subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a duas operações de captação através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento, sendo na Companhia a operação realizada em 28 de julho de 2006, no montante de US\$ 300 milhões, com cupom de 10,5% a.a., garantida por aval da própria Companhia; e, incorporada Bertin em 13 de outubro de 2006, no montante de US\$ 350 milhões, com cupom de 10,25% a.a., sem garantia.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

16 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Linha de crédito rotativo da JBS USA - Em 5 de novembro de 2008, a JBS USA firmou contrato de crédito de empréstimo rotativo garantido, ou a linha de crédito rotativo, que permite empréstimos de até US\$400 milhões. Tal contrato de crédito expira em 5 de novembro de 2011. Em 22 de abril de 2009, tal contrato foi aditado, de modo que a linha de crédito disponibilizada foi aumentada para US\$500 milhões.

Até US\$75 milhões desta linha de crédito estão disponíveis para a JBS USA. Os empréstimos que forem indexados às taxas variáveis terão juros à taxa anual igual à taxa PRIME acrescidas de 2,25%, com custo total de 5.5% em 31 de março de 2010, ao passo que os empréstimos atrelados à taxa LIBOR renderão juros à taxa anual igual à taxa LIBOR aplicável mais 3,25%. Em 31 de março de 2010, referida taxa era de 0,98458%. Quando da aprovação pelo credor, os montantes liberados atrelados à taxa LIBOR serão tomados pelo prazo de um a seis meses, a critério do agente nos termos do contrato.

Em 31 de março de 2010, a JBS USA estava utilizando US\$ 315 milhões da linhas de crédito rotativo. A disponibilidade dos recursos da linha de crédito dependem da concessão de garantias atreladas aos ativos de subsidiárias integrais da JBS USA, com exclusão da Five Rivers. Os ativos a serem concedidos em garantia podem ser recebíveis e estoques, entre outros. As garantias concedidas são de primeiro grau.

Restrições Contratuais(covenants). A linha de crédito rotativo contém declarações e restrições contratuais (covenants) financeiros exigindo índice de cobertura de encargo fixo (fixed charge coverage ratio) de no mínimo 1,15 para 1,00. O índice de cobertura de encargo fixo é definido como sendo o índice do EBITDA para os encargos fixos. Além disso, a linha de crédito rotativo também contém compromissos restritivos que limitam a capacidade e a capacidade das subsidiárias da JBS USA de, entre outras coisas:

- efetuar investimentos superiores a US\$175 milhões por ano;
- incorrer em endividamento adicional;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- atuar em novas linhas de negócio;
- celebrar certas transações com partes relacionadas; e
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale/leaseback).

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Eventos de inadimplemento. A linha de crédito rotativo também contém eventos de inadimplemento tais como descumprimento ou inobservância dos compromissos restritivos, inadimplementos e outros endividamentos, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis e certos acontecimentos relacionados a falência e insolvência ou questões referentes à ERISA. Caso ocorra um evento de inadimplemento, os credores poderão, entre outras coisas, rescindir seus compromissos e declarar todos os empréstimos vencidos antecipadamente acrescidos dos juros acumulados e multas, além de excluir a garantia.

Em 31 de março de 2010, a JBS USA estava observando as restrições contratuais do contrato de crédito rotativo.

Notas 2011 – JBS S.A. - Em 6 de fevereiro de 2006 a Companhia emitiu as Notas 2011, com vencimento em fevereiro de 2011, no valor de US\$275 milhões. As Notas 2011 são garantidas pela J&F, pela Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e pela JBS Agropecuária Ltda. A taxa de juros aplicável às Notas 2011 é de 9,375% calculada a partir de 6 de fevereiro de 2006, e pagos trimestralmente em 7 de fevereiro, 7 de maio, 7 de agosto e 7 de novembro de cada ano, a contar de 7 de maio de 2006. O valor do principal das Notas 2011 deverá ser integralmente pago em 7 de fevereiro de 2011.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2011 contém compromissos restritivos de que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2011.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2011 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2011) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2011 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2011; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2011 a Companhia não poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2011; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011, mencionada no parágrafo acima; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2011 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Oferta de Recompra. Em dezembro de 2009, a Companhia deu início a uma oferta de recompra das Notas 2011, no valor total de aproximadamente US\$ 2.4 milhões. Referida oferta está sendo feita de acordo com as obrigações da Companhia sob a escritura que rege as Notas 2011, que exige que a Companhia faça uma oferta para comprar as Notas 2011 no caso de uma mudança de controle (como definido na escritura que regula as Notas 2011). Uma mudança de controle ocorreu em 31 de dezembro de 2009, no âmbito da operação de incorporação do Bertin S.A. pela Companhia.

Notas 2014 – JBS USA, LLC e JBS USA Finance com garantia da JBS S.A. - As subsidiárias integrais, JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. emitiram as Notas 2014 no valor principal total de US\$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. As Notas 2014 são garantidas pela Companhia, pela JBS USA, JBS Hungary Holdings Kft. (uma subsidiária integral indireta da Companhia) e certas subsidiárias restritas norte-americanas. Os juros sobre as Notas 2014 são de 11,625%, ao ano, pagos semestralmente em 1 de maio e 1 de novembro de cada ano, com início em 1 de novembro de 2009. O valor principal das Notas 2014 será devido integralmente em 1 de maio de 2014.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2014 contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da JBS USA e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2014.

Índice Dívida Líquida/EBITDA pro forma JBS USA, LLC. Além disso, as Notas 2014 incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014, de incorrer em qualquer dívida ou emitir ações (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data de contratação da dívida e destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0. Os co-emissores das Notas 2014 foram as subsidiárias integrais JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc.

O cálculo do índice de dívida líquida/EBITDA é feito com base no índice de dívida líquida/EBITDA da JBS USA, LLC e suas subsidiárias restritas, conforme definidas nos termos da escritura de emissão, e não incluem a JBS USA.

Os termos e condições das Notas 2014 definem diversas restrições as quais devem ser melhor observadas no respectivo contrato.

Para o propósito da restrição contratual, o Lucro (prejuízo) líquido consolidado é ajustado para excluir, dentre outras coisas, (1) lucros das subsidiárias restritas, na medida em que o pagamento de dividendos ou distribuições similares pelas subsidiárias restritas não são permitidas por lei ou por qualquer contrato a qual as subsidiárias restritas sejam partes, (2) lucro de qualquer empresa na qual a JBS USA, LLC, tenha participação em conjunto, salvo os casos de dividendos e outras distribuições efetivamente pagas para a JBS USA, LLC ou uma de suas subsidiárias integrais consideradas como subsidiárias restritas, e (3) determinados itens que não sejam em espécie e não sejam recorrentes.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstas na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2014 à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2014.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas seniores com vencimento em 2016, com valor principal total de US\$300,0 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, com início em 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Garantias - A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações financeiras mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA e suas subsidiárias, JBS USA Holdings, Inc., JBS USA, LLC, Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe que limitam nossa capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 do Bertin - O Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 do Bertin, no valor principal total de US\$350 milhões, em 09 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 do Bertin S.A. são de 10,25%, ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 do Bertin S.A. será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice, e caso tal operação não seja excepcionada pela escritura das Notas 2016 do Bertin;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 do Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 do Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 do Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 do Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2016 do Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 do Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin S.A. prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 do Bertin à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 do Bertin S.A.

Em 24 de novembro de 2009, o Bertin S.A. iniciou um processo de "consente solicitation" junto aos detentores das Notas 2016 do Bertin S.A. para, entre outras finalidades, (i) igualar a forma de certas cláusulas da escritura das Notas 2016 do Bertin S.A., especialmente aquelas relativas à covenants e events of default, às disposições da Notas 2016 da Companhia; e (ii) excepcionar a mudança de controle do Bertin S.A., em decorrência da incorporação do Bertin S.A. pela Companhia, das hipóteses de configuração de uma mudança de controle, no âmbito das Notas 2016 do Bertin.

Linha de crédito rotativo garantido da J&F Oklahoma - A J&F Oklahoma possui uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US\$600 milhões com um banco comercial. Sua controladora, a J&F, firmou contrato com a J&F Oklahoma por meio do qual realizará contribuições para a J&F Oklahoma se a J&F Oklahoma não estiver observando seus compromissos financeiros previstos nessa linha de crédito. Caso a J&F Oklahoma incorra em inadimplência com suas obrigações previstas nessa linha de crédito e o inadimplemento não seja sanado pela J&F nos termos do contrato de filiação, a Five Rivers ficará obrigada a pagar US\$250 milhões das obrigações nos termos da linha de crédito. Essa linha de crédito está disponível para empréstimos rotativos e cartas de crédito. Empréstimos tomados nos termos dessa linha de crédito incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Taxas de compromisso de 0,45% ao ano incidem sobre compromissos novos. Essa linha de crédito tem vencimento em 7 de outubro de 2011. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e da Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da Five Rivers de acordo com contrato de fornecimento e alimentação de gado descrito acima. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado descrito acima.

Linha de crédito rotativo para a J&F Oklahoma - A Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a Five Rivers se comprometeu a conceder até US\$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais para serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para acabamento. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. O vencimento da linha de crédito é em 24 de outubro de 2011. Em 28 de março de 2010 o saldo era de US\$ 170 milhões.

Empréstimos entre empresas do mesmo grupo devidos pela JBS USA Holdings, Inc. a uma subsidiária da JBS S.A. - Em 29 de março de 2009, a JBS USA devia um total de US\$658,6 milhões por vários empréstimos entre empresas do mesmo grupo da Companhia, doravante designada JBS HU Liquidity Management LLC (Hungria), subsidiária integral indireta da Companhia. O produto desses empréstimos entre empresas do mesmo grupo foi destinado ao custeio das operações da JBS USA e à Aquisição da Tasman e à Aquisição da JBS Packerland. Em 27 de abril de 2009, os contratos de empréstimo entre empresas do mesmo grupo foram consolidados em um único contrato de empréstimo e as datas de vencimento do valor principal dos empréstimos entre empresas do mesmo grupo foram prorrogadas para 18 de abril de 2019, e a taxa de juros foi alterada para 12% ao ano.

O produto líquido da oferta e venda das Notas 2014 (menos US\$100 milhões) foi aplicado na amortização de juros acumulados e de parcela do principal sobre esses empréstimos entre empresas do mesmo grupo. Além disso, a JBS USA firmou um contrato de empréstimo a prazo entre empresas do mesmo grupo no valor principal total de US\$6 milhões nos mesmos termos do contrato de empréstimo entre empresas do mesmo grupo consolidado.

Linha de Crédito de Saída (Exit Credit Agreement) - A Pilgrim's Pride reestruturada e determinadas subsidiárias fazem parte da Linha de Crédito de Saída, uma vez que ela encontra-se em processo de falência para fornecer o financiamento para distribuições do plano de recuperação e capital de giro.

A Linha de Crédito de Saída atualmente prevista fornecerá (i) uma linha de financiamento garantida principal no valor total máximo para o principal de US\$1.750 milhões, para incluir uma linha de crédito rotativo de três anos, no valor máximo total do principal de US\$600 milhões, (ii) uma linha de financiamento "A" de três anos com valor total do principal de até US\$375 milhões e (iii) uma linha de financiamento "B" com prazo de cinco anos no valor total do principal de até US\$775 milhões. Como previsto, uma parte dos compromissos rotativos nos termos da Linha de Crédito de Saída de pelo menos US\$200 milhões estará disponível para a emissão de cartas de crédito de reserva (standby) e cartas de crédito comerciais. O compromisso de financiamento rotativo vence em 2012. Os empréstimos a prazo "A" vencem em 2012. Os empréstimos a prazo "B" vencem em 2014. Após a data de vigência da Linha de Crédito de Saída e sujeito a determinadas condições, o valor do empréstimo a prazo "A" pode aumentar no máximo em US\$100 milhões e o empréstimo a prazo "B" pode ter seu valor aumentado de US\$25 milhões a US\$400 milhões. O valor do principal total pendente nos termos da Linha de Crédito de Saída não podem aumentar

Garantias. Os empréstimos nos termos da Linha de Crédito de Saída e as obrigações relacionadas a determinados produtos bancários especificados e contratos de hedge serão garantidos por determinadas subsidiárias da Pilgrim's Pride e por uma participação de garantia de primeiro grau em todos os ativos, seja eles reais ou pessoais, tangíveis ou intangíveis, sujeitas a determinadas exceções. No caso de determinadas subsidiárias estrangeiras, a Pilgrim's Pride garantirá 100% do capital social sem direito a voto e 65% do capital social com direito a voto.

Acordos. A Linha de Crédito de Saída conterá as declarações e garantias e acordos financeiros comuns, incluindo um acordo que exige um índice de cobertura de encargos fixos (fixed charge coverage ratio) mínimo de 1.2 a 1.0. O índice cobertura de encargos fixos é definido como o índice EBITDA (definido no contrato de crédito) da Pilgrim's Pride menos determinados investimentos não financiados e certos impostos pagos em dinheiro para encargos fixos de acordo com definição na Linha de Crédito de Saída.

A Linha de Crédito de Saída também exigirá um índice de alavancagem com base em quatro trimestres contínuos de no máximo 3,5 a 1,0 para o trimestre fiscal encerrado em 28 de março de 2010 e 27 de junho de 2010 e 3,0 a 1,0 para cada trimestre fiscal subsequente. O índice de alavancagem é definido como o índice de dívida total em relação ao EBITDA. O EBITDA da Pilgrim's Pride não é calculado da mesma maneira que o EBITDA da JBS USA. A Pilgrim's Pride deve cumprir seu índice de alavancagem no fechamento da aquisição da Pilgrim's Pride.

A Linha de Crédito de Saída também exigirá um patrimônio líquido tangível consolidado não inferior à soma de 70% do patrimônio líquido tangível consolidado na data de vigência da Linha de Crédito de Saída e 50% de receita líquida cumulativa. O patrimônio líquido tangível consolidado é definido como o patrimônio dos acionistas da Pilgrim's Pride menos o ativo intangível (de acordo com a definição desses termos na Linha de Crédito de Saída).

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Entre outras coisas, a Linha de Crédito de Saída também conterà acordos negativos que limitam a capacidade da Pilgrim's Pride e de suas subsidiárias de:

- incorrer em dívida adicional;
- criar gravames sobre propriedades ou ativos;
- dissolver, consolidar, incorporar, transferir substancialmente todos os ativos, liquidar ou alterar o tipo de entidade ou a jurisdição da organização;
- fazer determinados investimentos, empréstimos, adiantamentos, garantias e aquisições;
- vender, transferir, arrendar ou alienar ativos;
- celebrar transações de venda/retro arrendamento (leaseback);
- celebrar contratos de swap;
- efetuar determinados pagamentos da dívida e taxas de gerenciamento e outros pagamentos restritos (incluindo dividendos);
- celebrar transações com afiliadas;
- celebrar contratos restritivos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar determinadas dívidas;
- alterar o exercício fiscal e
- efetuar gastos de capital em valor maior do que US\$225 milhões durante o exercício fiscal de 2010, US\$275 milhões durante o exercício fiscal de 2011 da Pilgrim's Pride e US\$350 milhões durante o exercício fiscal da Pilgrim's Pride de 2012 e posteriormente.

Eventos de inadimplemento. A Linha de Crédito de Saída também conterà eventos comuns de inadimplemento, incluindo falta de um pagamento previsto na Linha de Crédito de Saída, falta de pagamentos de outras dívidas, qualquer evento ou condição que permita a antecipação de dívida relevante e determinados eventos relacionados à falência e insolvência.

Caso um evento de inadimplemento ocorra, os credores dentro da Linha de Crédito de Saída podem entre outras coisas rescindir seus compromissos, declarar que todos os empréstimos sejam imediatamente devidos e exigíveis juntamente com os juros acumulados e taxas, e exercer outros direitos e recursos nos termos dos documentos de empréstimo.

A Companhia possui, também, Notas 2017 da Vigor, NCE - Notas de Crédito de Exportação associadas a Compro e pré-pagamentos celebrados pela Bertin em razão da sua incorporação, cujas captações nessas modalidades são utilizadas para financiamento das exportações, CCB - Cédulas de Crédito Bancário, entre outros, estando todas estas operações sujeitas às suas respectivas restrições contratuais.

As obrigações e compromissos previstos em determinados contratos de dívida da Companhia e de suas subsidiárias incluem a restrição da capacidade da Companhia (ou de suas subsidiárias, conforme aplicável) de pagar dividendos.

Os contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas afirmativas ("affirmative covenants") em relação à, entre outros, fornecimento de informações; relatórios financeiros; condução dos negócios; manutenção da existência das empresas; cumprimento das leis; manutenção de livros e registros; manutenção de seguros; pagamento dos impostos e créditos e comunicação de determinados eventos. Os contratos de dívida da Companhia também contêm cláusulas negativas ("negative covenants"), incluindo, sem limitação, restrições à constituição de endividamento; limitações a constituição de ônus; restrições sobre as ope

A Administração da JBS S.A. afirma que a empresa está em conformidade com estas restrições contratuais ("covenants") dos contratos de créditos da controladora e todas suas subsidiárias.

17 Debêntures conversíveis

A Companhia recebeu no dia 22 de dezembro de 2009 correspondência da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, comunicando a aprovação da realização de investimento mediante subscrição de debêntures subordinadas, conversíveis em ações e com cláusula de permuta da primeira emissão privada da Companhia, a ser realizada em série única.

A assinatura do Acordo de Investimento pela Companhia foi aprovada por seu Conselho de Administração em deliberação tomada em 7 de dezembro de 2009.

Os recursos foram integralmente destinados à integralização de aumento de capital na JBS USA, com o objetivo de concluir a operação refletida no Stock Purchase Agreement pelo qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da PPC, e reforçar a estrutura de capital consolidada da Companhia, para implementação de planos de investimento e projetos de expansão, além de viabilizar a conclusão do projeto de integração das operações da Companhia com a Bertin.

A Companhia emitiu no dia 28 de dezembro de 2009 a quantidade de 2.000.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.739,80. O valor total das debêntures é de R\$ 3.479.600, sendo os custos inerentes a transação de R\$ 17.398, não existindo prêmios neste processo de captação, equivalentes na data da emissão das debêntures a US\$ 2 bilhões de acordo com a respectiva escritura de emissão. As 2.000.000 debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA, ou mandatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia, caso essa não realize o evento de liquidez.

Evento de liquidez significa cumulativamente a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, em montante mínimo equivalente a US\$ 1,5 bilhões com colocação primária de no mínimo 50%, seja através de oferta inicial ou de follow-on, por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (reporting company) na Securities and Exchange Commission, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou NASDAQ, (c) tenha free float mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% e (d) que o capital social da JBS USA, na data do evento de liquidez, seja composto de ações de uma só espécie e classe, observado que será permitida a emissão de classes de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados após o evento de liquidez.

O Evento de Liquidez deve ocorrer até 31 de dezembro de 2010, sob pena de realização mandatória da conversão em ações das debêntures. Todavia, a Companhia poderá, até 5 dias antes da data limite, notificar o agente fiduciário de que pretende prorrogar a data limite até 31 de dezembro de 2011, caso em que deverá pagar, na data da notificação e em moeda corrente nacional, aos debenturistas, um prêmio no valor de 15% sobre o valor nominal unitário da totalidade das Debêntures então em circulação.

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 anos, contados da data de emissão, vencendo-se as mesmas, portanto, em 28 de dezembro de 2069.

Tendo em vista o encerramento do prazo final de rateio de sobras na emissão das debêntures, a Companhia comunicou no dia 19 de fevereiro de 2010, com base em informações fornecidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das debêntures da Companhia, que foram subscritas a totalidade das debêntures emitidas, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da JBS realizada em 31 de dezembro de 2009.

Cada uma das debêntures será, única e exclusivamente nas seguintes hipóteses, convertida em ações de emissão da Companhia: (i) no caso de não-verificação do Evento de Liquidez no prazo estabelecido na escritura, (ii) no caso de não verificação de certos requisitos descritos na escritura, ou (iii) nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na escritura. A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia nas quais as debêntures serão convertidas decorre da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10% (dez por cento); e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação ("JBSS3") nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores à data da efetiva conversão das debêntures, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por ação e um teto de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) por ação ("Conversão em Ações").

O Evento de Liquidez deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2010, sendo que a Companhia poderá prorrogar tal prazo até 31 de dezembro de 2011, sujeito ao pagamento de um prêmio de prorrogação no valor de 15% (quinze por cento) sobre o valor nominal unitário da totalidade das debêntures então em circulação. Caso não ocorra o Evento de Liquidez até a data limite e a Companhia não tenha pago o prêmio de prorrogação, as debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2011. Por sua vez, caso tenha havido prorrogação da data limite ao Evento de Liquidez não tenha ocorrido até 31 de janeiro de 2011, as debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2012.

Durante a vigência deste Acordo de Acionistas, e enquanto continuar sendo um Acionista Elegível, o acionista BNDESPAR terá direito a se manifestar previamente sobre qualquer das matérias abaixo (cada uma de tais matérias, um "Item de Aprovação"):

(i) contratação pela Companhia e/ou por qualquer das suas Controladas, de qualquer endividamento (exceto com relação ao refinanciamento de endividamento ou obrigação já existente, ou dívidas entre empresas do mesmo grupo que não afetem o Limite Máximo de Endividamento), que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral intermediária ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma, seja superior a 5,5 ("Limite Máximo de Endividamento");

(ii) distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, em qualquer caso pela Companhia, que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma e após dar efeito a tal distribuição, seja superior a 4,0 ("Limite Gerencial de Endividamento");

(iii) redução do capital social da JBS, da JBS USA e/ou de qualquer de suas respectivas Controladas, que, se efetivada, e após dar efeito a tal redução, faria com que fosse ultrapassado o Limite Gerencial de Endividamento. Ficam excetuadas dessa restrição as Controladas cujo capital social seja, direta ou indiretamente, detido pela JBS em percentual igual ou superior a 99% ("Controladas Isentas");

(iv) propositura de plano de recuperação extrajudicial, requerimento de recuperação judicial ou de falência pela JBS ou pela JBS USA;

(v) liquidação ou dissolução da JBS, da JBS USA ou de qualquer de suas Controladas (exceto as Controladas Isentas);

(vi) redução do dividendo obrigatório da JBS;

(vii) alteração do artigo 33 do estatuto social da JBS, de forma que o Conselho Fiscal passe a funcionar de modo não-permanente ou qualquer alteração do estatuto social da JBS referente ao objeto social (que tenha por objetivo mudança substancial nos negócios desenvolvidos pela JBS), ou outras alterações que entrem em conflito com quaisquer disposições deste Acordo de Acionistas;

(viii) transformação, fusão, cisão, incorporação, inclusive de ações, ou quaisquer outros atos de reorganização societária envolvendo a JBS, a JBS USA e suas Controladas (exceto (a) operações entre Controladas Isentas, ou (b) em operações entre (i) a JBS ou a JBS USA e (ii) quaisquer de suas Controladas Isentas), inclusive através da realização de permuta, de dação em pagamento mediante a utilização de ações ou de cessão de direitos de subscrição de ações;

(ix) qualquer operação entre a JBS e/ou suas Controladas, de um lado, e quaisquer partes relacionadas a JBS, de outro lado, em montante superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por período de 12 (doze) meses, em conjunto ou individualmente consideradas;

(x) alienação ou oneração, pela JBS e/ou suas Controladas, de bens do ativo não circulante que, isolada ou cumulativamente, tenham, em período de 12 (doze) meses, valor superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia (coluna 'controladora', ou seja, nãoconsolidado), apurado com base no mais recente ITR ou DFP;

(xi) aprovação do orçamento anual da JBS e/ou de suas Controladas caso este preveja aumento da relação entre Dívida Líquida e o EBITDA para valor superior ao Limite Gerencial de Endividamento;

(xii) investimentos de capital, em conjunto ou individualmente considerados, não contemplados no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, se realizados, ultrapassariam o Limite Gerencial de Endividamento;

(xiii) (A) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou da JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBOVESPA; ou ainda (B) a criação de espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais);

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

(xiv) qualquer operação de aquisição pela JBS ou por suas Controladas de (a) participações societárias que seriam consideradas investimentos relevantes para a JBS (mesmo que adquiridas por qualquer Controlada), conforme definidos na legislação aplicável, não contemplada no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da JBS ou (b) itens do ativo não circulante, que, se realizada, ultrapassaria o Limite Gerencial de Endividamento; e

(xv) constituição de ônus reais ou prestação de garantias pela JBS e/ou qualquer de suas Controladas para garantir obrigações de terceiros, exceto obrigações da JBS e/ou de qualquer de suas Controladas, em valor individual inferior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

18 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Salários e encargos sociais	156.406	136.811	188.025
Provisões para férias e encargos	367.674	355.737	182.521
Imposto de renda a recolher	20.745	38.015	15.960
Contribuição social a recolher	2.509	1.252	119
ICMS / VAT a recolher	22.547	20.207	3.095
PIS e COFINS a recolher	5.278	28.392	31.802
Outros	139.784	141.440	49.386
	714.943	721.854	470.908

19 Dividendos declarados

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Dividendos declarados	61.477	122.953	51.127
	61.477	122.953	51.127

A Companhia, considerando que tem gerado EBITDA positivo, deliberou que para o cômputo dos dividendos sejam excluídos permanentemente o valor da amortização do ágio apurado na aquisição dos investimentos efetuados na JBS USA e SB Holdings incluídas no resultado até 31 de dezembro de 2008, o qual a partir de 1 de janeiro de 2009 já deixou de ser amortizado, em atendimento às normas atualmente vigentes.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia declarou dividendos no montante de R\$ 122.953, representativos de 100% do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Após Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 30 de abril de 2010, foi deliberada a distribuição de dividendos referente ao exercício findo naquela data no montante de R\$ 61.477.

20 Contingências

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1 de janeiro de 2009, estão assim representadas:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Trabalhistas	45.572	50.189	9.208
Cíveis	21.169	54.979	21.216
Fiscais e previdenciários	251.008	326.081	38.919
Total	317.749	431.249	69.343

Processos fiscais e previdenciários
a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS, que segundo o Estado de São Paulo deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 185.506 em 31 de março de 2010. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-la, caso as autuações sejam mantidas.

As ações judiciais suspenderam as exigências do Estado de São Paulo. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos na maior parte desses procedimentos, razão pela qual constituiu provisão no montante de R\$ 2.115.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R\$ 204.094. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos na maior parte desses procedimentos, e constituiu provisão no montante de R\$ 4.185.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funnrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funnrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funnrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R\$ 69.200, e de 2003 até 2006, no montante de R\$ 198.800, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 268.000.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia. Por esse motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a legalidade e aplicabilidade dessa tributação fica bastante reduzida, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência.

c) PIS / COFINS

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Cia Leco de Produtos Alimentícios, possuem questionamentos com relação a constitucionalidade da majoração da alíquota da Cofins de 2% para 3%, instituído pela Lei 9.718/98 e quanto a revogação da Lei 7.689/88, o que teria ocasionado a revogação de todos os dispositivos legais que tratariam da alíquota do PIS na década de 90, cujas provisões constituídas em 31 de março de 2010 representavam R\$ 108.364 e R\$ 68.451, respectivamente.

d) IPI alíquota zero

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, Cia Leco de Produtos Alimentícios e Dan Vigor, possuem questionamentos quanto ao direito das empresas em registrar o crédito presumido de IPI na aquisição de insumos tributados à alíquota zero ou não tributado, no montante de R\$ 36.469 mil, em 31 de março de 2010.

e) Compensações com títulos da dívida pública

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Cia Leco de Produtos Alimentícios possuem questionamentos relativos a compensação de débitos de Pis / Cofins com créditos oriundos de títulos fundados nas apólices da dívida pública, emitidos pela União entre 1902 e 1926, cuja provisão em 31 de março de 2010 representava R\$ 31.824.

f) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 148 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 20.866, em 31 de março de 2010.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2010, a Companhia era parte em 2.764 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 206.485. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 23.410 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Processos cíveis**a) Imóvel em Araputanga**

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R\$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R\$ 100.000 e ressarcimento no importe de R\$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é remoto e o provisionou em R\$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de março de 2010 é de R\$ 1.275.

Outros processos

Em 31 de março de 2010, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 55.142, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37.

21 Débito com terceiros para investimentos

No passivo circulante na incorporada Bertin o montante de R\$ 304.378 em 31 de março de 2010 (R\$ 427.523 em 31 de dezembro de 2009 refere-se a débitos remanescentes da aquisição de investimentos, com quitação no decorrer do exercício de 2010. Os investimentos adquiridos são i) Planta Pimenta Bueno (R\$ 14.241), ii) Gould Participações Ltda., referente a aquisição do Grupo Vigor, adquirido em 2007 (R\$ 250.137) e iii) Cia. Araguaia Eletricidade (R\$ 40.000).

No passivo não circulante, na Companhia, refere-se ao valor de 65 milhões de Euros, correspondente em 31 de março de 2010 a R\$ 156.494 (R\$ 162.976 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 210.480 em 01 de janeiro de 2009) a ser acrescido ao preço de compra da Inalca JBS, realizada pela Companhia em 2007, caso a empresa atinja pelo menos um dos seguintes objetivos econômicos: EBITDA médio nos anos de 2008, 2009 e 2010, igual ou superior a 75 milhões de Euros ou, alternativamente, EBITDA igual ou superior a 90 milhões de Euros no exercício de 2010. Caso nenhum dos objetivos econômicos sejam atingidos, esse débito será revertido contra o valor do ágio apurado quando da aquisição.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

22 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social da Companhia

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Resultado contábil antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	98.888	(318.816)
Adições (Exclusões) líquidas:		
Diferenças permanentes (substancialmente equivalência patrimonial)	77.827	(3.970)
Diferenças temporárias	66.054	(3.642)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	242.769	(326.428)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(65.244)	(3.970)
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação	1.088	764
	(64.156)	(3.206)
Diferenças temporárias	(66.054)	3.642
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.593	(1.674)

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

	31.03.10	31.12.09	01.01.09
Ativo:			
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	910.944	807.526	1.037.248
	910.944	807.526	1.037.248
Passivo:			
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	2.041.316	1.948.804	1.386.097
	2.041.316	1.948.804	1.386.097

A Companhia e suas controladas apresentam histórico de geração de lucros tributáveis futuros e estimam recuperar os créditos tributários num prazo de até oito anos em função da expectativa de desfecho das causas geradoras das contingências.

A Companhia estima realizar o montante correspondente ao seu ativo fiscal diferido, conforme abaixo:

	31.03.10
Exercício 2010	403.776
Exercício 2011	183.441
Exercício 2012	65.132
Exercício 2013	65.132
Exercício 2014	65.132
Exercício 2015 a 2017	90.959
Exercício 2018 a 2020	37.372
Total	910.944

O critério para utilização dos prejuízos fiscais na compensação de lucros tributáveis, obedece aos limites da legislação tributária pertinente, limitado no Brasil a 30% da base de cálculo positiva do imposto de renda e da contribuição social.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

23 Patrimônio líquido
a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2010, é representado por 2.367.471.476 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra e) abaixo, 43.990.100 ações estão mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 3.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços as empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de lucros
Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

d) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração da Companhia, baseado no que dispõe o seu Estatuto Social, autorizou a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

Em 31 de março de 2010 era de 43.990.100 ações em tesouraria, a um custo médio de R\$ 6,17, sendo que os preços mínimos e máximos de aquisição eram de R\$ 2,68 e R\$ 10,81, respectivamente (Em 31 de dezembro de 2009 os valores eram os mesmos), não tendo ocorrido alienação das ações adquiridas. Do montante de 43.990.100 ações em tesouraria em 31 de março de 2010, 9.763.900 ações foram adquiridas durante o exercício de 2009, sendo que essas estavam suportadas pela aprovação do Conselho de Administração, conforme ata do dia 29 de dezembro de 2008, aprovando a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria. Durante o exercício de 2010 não houve recompra de ações.

O valor de mercado conforme negociação na data de 31 de março de 2010 era de R\$ 7,95 (Em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 9,32).

24 Receita operacional líquida

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos		
Mercado interno	9.955.525	7.398.403
Mercado externo	3.049.339	2.106.170
	13.004.864	9.504.573
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(218.552)	(117.702)
Impostos sobre as vendas	(236.027)	(118.944)
	(454.579)	(236.646)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.550.285	9.267.927

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

25 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS nº 33, Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas - R\$	99.359	(322.684)
Média ponderada de ações do exercício - milhares	2.367.471	1.438.079
Média ponderada de ações em tesouraria - milhares	43.990	34.226
Média ponderada de ações em circulação - milhares	2.323.481	1.403.853
Lucro Líquido (Prejuízo) por ação - Básico - R\$	42,76	(229,86)

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição: as debêntures conversíveis.

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas - R\$	99.359	(322.684)
Média ponderada de ações em circulação - milhares	2.323.481	1.403.853
Ajuste por opção de conversão das debêntures - milhares	2.000	-
Quantidade de ações em circulação para lucro diluído por ação	2.321.481	1.403.853
Lucro Líquido (Prejuízo) por ação - Diluído- R\$	42,80	(229,86)

26 Resultado financeiro líquido

	Trimestres findos em 31 de março de	
	2010	2009
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(67.909)	(116.930)
Resultado financeiro com derivativos	(39.776)	(172.723)
Juros Passivos	(335.943)	(165.201)
Juros Ativos	111.171	18.316
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(34.548)	(10.044)
	(367.005)	(446.582)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

27 Demonstração consolidada do resultado abrangente

	Trimestres findos em 31 de março de	
	2010	2009
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	99.359	(322.684)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	1.952	2.244
Ajuste acumulado de conversão em controladas	38.581	(39.402)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(87.944)	(35.441)
Total do resultado abrangente do período	51.948	(395.283)
Total do resultado abrangente do período atribuível a:		
Acionistas da Companhia	43.086	(396.429)
Não controladores	8.862	1.146
	51.948	(395.283)

28 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados e divulgados de modo destacado nas demonstrações financeiras interinas consolidadas.

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Companhia realizou, respectivamente, operações de emissão de Debêntures e de Oferta Pública de Ações - OPA. No entanto, para a efetivação destas operações a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Debêntures

Para a realização da operação de emissão de Debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 17.388, os quais estão classificados como redutor do valor justo das Debêntures inicialmente reconhecido no montante de R\$ 3.479.600, evidenciando assim, o valor líquido recebido no montante de R\$ 3.462.212.

As Debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian depositary receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA quando da abertura do capital desta empresa (IPO), neste momento, os custos financeiros que suportaram a emissão das debêntures serão reclassificados para o resultado do exercício. Caso não se realize o Evento de Liquidez as debêntures serão conversíveis mandatoriamente em ações de emissão da Companhia. Deste modo, os custos financeiros serão contabilizados diretamente em conta redutora do Capital Social.

De acordo com o IAS 39, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia devem ser apresentados por seus valores justos. Deste modo, por se tratar de uma operação particular de Debênture, o valor de face expresso nas Debêntures correspondem ao valor justo da operação, não sendo necessária à realização de quaisquer ajustes relativos a variação entre os valores de face e justo.

b) Oferta Pública de Ações - OPA

Em 31 de março de 2010, a Companhia havia incorrido em R\$ 748 relativo aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida em conta transitória do ativo como pagamento antecipado. Tão logo seja concluído o processo de captação dos recursos, haverá a reclassificação destes valores para conta redutora destacada do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

29 Segmentos operacionais

A administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam Carne Bovina, Carne de Frango e Carne Suína. Geograficamente, a administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália), América Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e Itália.

Embora o segmento de Carnes Suínas não atenda aos limites quantitativos exigidos pelo IFRS 8, a administração concluiu que esse segmento deve ser apresentado, uma vez que ele é monitorado pela Diretoria-Executiva como um segmento com potencial de crescimento e que deve contribuir, futuramente, de forma significativa para a receita do Grupo.

O segmento de Carne Bovina explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com 26 unidades industriais localizadas nos Estados de: São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro e Paraná. Ademais, há unidades produtivas nos Estados Unidos da América da América, Itália, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América e Austrália.

A Carne de Frango é representada pelos produtos in natura, refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América e México, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

O segmento de Carne Suína abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" possuindo uma unidade produtiva nos Estados Unidos da América atendendo os mercados interno e externo. Os produtos preparados pela JBS USA também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como "Outros". Adicionalmente, todas as eliminações de operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio – EBITDA.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva e correspondente ao período de 31 de março de 2010 e 2009, são as seguintes:

29.1 - Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	Trimestre findo em 31 de março	
	2010	2009
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	8.325.381	8.132.258
Carne Suína	1.164.121	1.229.713
Carne de Frango	2.944.813	-
Outros	115.970	(94.044)
Total	12.550.285	9.267.927

29.2 - Depreciação apresentada por linha de produto:

Depreciação e amortização		
Carne Bovina	144.818	74.773
Carne Suína	12.909	8.759
Carne de Frango	153.980	-
Outros	7.227	244
Total	318.934	83.776

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

29.3 - EBITDA apresentado por linha de produto:

EBITDA		
Carne Bovina	671.334	245.004
Carne Suína	72.195	17.473
Carne de Frango	110.328	-
Outros	8.104	(50.935)
Total	861.961	211.542

29.4 - Receitas apresentadas por área geográfica:

	Trimestre findo em 31 de março	
	2010	2009
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	9.227.369	7.387.752
América do Sul	2.957.910	1.333.686
Itália	374.594	433.811
Outros	(9.588)	112.678
Total	12.550.285	9.267.927

29.5 - EBITDA apresentado por área geográfica:

	Trimestre findo em 31 de março	
	2010	2009
EBITDA		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	472.963	140.767
América do Sul	352.577	59.485
Itália	27.281	17.266
Outros	9.140	(5.976)
Total	861.961	211.542

29.6 - Total de ativos por segmento:

	31.03.10	31.12.09
Total de ativos		
Carne Bovina	35.422.534	37.909.327
Carne Suína	840.486	813.130
Carne de Frango	6.607.827	5.975.503
Total	42.870.847	44.697.960

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

30 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado Consolidado por natureza:

Classificação por natureza	31.03.10	31.03.09
Depreciação e amortização	(318.934)	(83.341)
Despesas com pessoal	(1.645.158)	(906.113)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(7.231.246)	(7.340.880)
Impostos, taxas e contribuições	(336.593)	(84.442)
Remuneração de capitais de terceiros	(1.046.189)	(614.571)
Outras despesas	(1.873.277)	(557.396)
	(12.451.397)	(9.586.743)
Classificação por função	31.03.10	31.03.09
Custo dos produtos vendidos	(11.110.741)	(8.509.805)
Despesas com vendas	(573.218)	(414.463)
Despesas gerais e administrativas	(332.911)	(215.275)
Resultado financeiro líquido	(367.005)	(446.582)
Outras receitas e despesas operacionais	(67.522)	(618)
	(12.451.397)	(9.586.743)

31 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2010 o limite máximo individual de cobertura era R\$ 99.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a incorporada Bertin, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2010 de R\$ 200.000.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2010 de US\$ 32 milhões (equivalente a R\$ 56.992).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2010 de US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 356.200).

Para a controlada Inalca JBS, localizada na Itália, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2010 de € 141 milhões (equivalente a R\$ 339.471).

32 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e preços de commodities e risco de liquidez e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pelo Comitê Financeiro e por executivos financeiros da Companhia e de suas controladas, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas buscam, através da gestão de riscos, mitigar a exposição econômica e contábil de suas operações das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, taxas de juros e preços na compra de commodities (gado, grãos, como milho, farinha de soja e energia, como gás natural, eletricidade e combustível diesel). As estratégias utilizadas vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e de suas controladas e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em Bolsa de Valores.

c) Discricionariedade da Tesouraria

Uma vez identificadas as exposições da Companhia e suas controladas, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à tesouraria, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes. A discricionariedade da tesouraria em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (Value at Risk) da carteira de derivativos.

d) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado pela Companhia através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em Bolsa de Valores. Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%. Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados dos ajustes diários de posição de contratos futuros na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

As controladas da Companhia estão expostas, principalmente, à flutuação da taxa LIBOR, uma vez que possuem custos de empréstimos atrelados a esta taxa, todavia, por estratégia da Administração, não contratam derivativos para cobrir este risco, porque uma possível oscilação desta taxa não impactaria significativamente o fluxo de caixa. O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2010 está a seguir apresentado:

Exposição à taxa CDI:	31.03.10	31.12.09	1.01.09
NCE / Compror / Outros	2.857.190	2.760.228	1.610.345
CDB-DI	(649.789)	(147.268)	(1.147.326)
Fundos de investimentos	(194.897)	(18.821)	(139.215)
Subtotal	2.012.504	2.594.139	323.804

Exposição à taxa LIBOR/EURIBOR:

ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	1.853.159	1.633.724	714.885
Capital de giro - Euros	304.351	310.830	418.241
Capital de giro - Dólares Americanos	48.682	46.446	373.893
Pré-pagamento	1.536.368	1.521.175	516.838
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	897.998	87.370	-
US revolver	1.327	315.032	-
Outros	16.230	88.830	26.380
Subtotal	4.658.115	4.003.407	2.050.237

Exposição à taxa TJLP:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
FINAME / FINEM	412.746	988.477	231.700
EXIM - fomento à exportação	122.991	185.136	177.407
Subtotal	535.737	1.173.613	409.107
TOTAL	7.206.356	7.771.159	2.783.148

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de taxa de juros da Companhia

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nacional R\$)	Valor de Mercado R\$	Impacto no resultado do exercício - 1º trimestre de 2010
Contratos futuros (BM&F)	Julho de 2011 a Julho de 2012	DI	R\$	BM&F	280.788	113	(1.394)

e) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia e suas controladas, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de hedge de futuro de câmbio em bolsas de mercadorias e futuros e contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados na moeda funcional contra suas obrigações não denominadas na moeda funcional, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de moeda, realizados e não liquidados financeiramente e os ajustes diários de posição de contratos futuros de moeda na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial que estão sujeitos a instrumentos derivativos, bem como os efeitos dessas contas no resultado do período findo em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e e em 1 de janeiro de 2009:

EXPOSIÇÃO	31.03.10	31.12.09	01.01.09	Efeitos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010	
				Variação cambial	Derivativos
OPERACIONAL					
Contas a Receber - US\$ / € / £	799.264	570.712	321.068	(22.188)	31.832
Investimentos - US\$ / €	10.374.017	6.205.624	3.892.644	-	-
Estoque destinado à exportação - @ boi	44.599	40.585	53.960	-	-
Subtotal	11.217.880	6.816.921	4.267.672	(22.188)	31.832
FINANCEIRO					
Créditos com controladas - US\$ / €	(2.378.231)	(917.363)	1.550.774	(17.525)	
Empréstimos e financiamentos - US\$	(5.149.604)	(7.587.081)	(2.740.319)	(106.654)	
Importações a pagar - US\$	(14.596)	(4.485)	(4.816)	56	(73.479)
Valores a receber (a pagar) de contratos futuros, líquidos	(51.810)	(24.107)	60.205	-	
Subtotal	(7.594.241)	(8.533.036)	(1.134.156)	(124.123)	(73.479)
TOTAL	3.623.639	(1.716.115)	3.133.516	(146.311)	(41.647)

Investimentos - Foi deliberado em reunião do Conselho de Administração a não contratação de instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) para os investimentos em empresas no exterior.

O risco de alteração nas taxas cambiais pode incorrer em prejuízos à Companhia e suas controladas, decorrentes de possível redução dos valores dos ativos ou aumento das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do Dólar americano, Euro e Libra Esterlina em relação ao Real.

A seguir é apresentada a exposição em moeda estrangeira com cobertura de instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Contas a Receber - US\$ / € / £	799.264	570.712	321.068
Empréstimos e financiamentos - US\$	(5.149.604)	(7.587.081)	(2.740.319)
Importações a pagar - US\$	(14.596)	(4.485)	(4.816)
	(4.364.936)	(7.020.854)	(2.424.067)
Contratos futuros (BM&F) - Controladora	3.183.528	1.302.755	1.197.192
Swap (balcão - CETIP) - Controladora	178.120	174.120	233.700
	3.361.648	1.476.875	1.430.892
Exposição em moeda estrangeira em R\$	(4.364.936)	(7.020.854)	(2.424.067)
Nocional de proteção	3.361.648	1.476.875	1.430.892
Relação	77%	21%	59%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Efeitos da incorporação do Bertin

A Bertin vinha reduzindo a aplicação de sua política de proteção aos riscos de câmbio, taxas e cotações de arroba de boi, aos quais estava exposta. A Companhia, logo após a incorporação no final de dezembro de 2009, implementou sua política de proteção aos referidos ativos e passivos supra mencionados.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2009, os saldos e exposições incorporados do Bertin impactaram significativamente a relação de exposição da Companhia (21% de índice de cobertura sobre os valores dos riscos cambiais protegidos). Dessa forma, com o intuito de prover informação adicional, este índice de cobertura foi de 84% ao eliminarmos os efeitos desta incorporação em 31 de dezembro de 2009, quanto aos riscos cambiais expostos.

JBS USA Holdings Inc.

Em 31 de março de 2010, a Controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas possuíam uma alta correlação de cobertura entre as suas exposições cambiais, decorrentes de vendas em moeda estrangeira, e os derivativos futuros adquiridos para esta finalidade.

No primeiro trimestre de 2010, a JBS USA Inc. e suas controladas reconheceram R\$ 190.422 (R\$ 40.797 em 31 de março de 2009), decorrente da variação de valor justo destes instrumentos e de liquidações dos mesmos ocorridas no período. O valor justo destes derivativos, em 31 de março de 2010, estão registrados no ativo e no passivo, por R\$ 29.116 e R\$ 25.538 (R\$ 39.753 e R\$ 3.991 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de risco cambial da Companhia:

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocional US\$)	Valor de Mercado R\$	Impacto no resultado do exercício - 1º trimestre de 2010
Swap (balcão - CETIP)	Fevereiro de 2010 à Fevereiro de 2013	US\$ (VC) + 6% a.a.	R\$/CDI (média ponderada de 120% do CDI)	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado	100.000	(22.983)	(1.257)
Contratos futuros (BM&F)	Abril à Maio de 2010	US\$ (VC)	R\$	BM&F	1.976.750	(28.557)	(39.266)

Contabilidade de Hedge

O nocional não é registrado no balanço patrimonial. A Companhia registra, de acordo com a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting), conforme IAS 39 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, a variação cambial dos pedidos firmes de venda para contrapor os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos adquiridos para proteção dos mesmos.

A Administração da Companhia designou como hedge de valor justo esta proteção dos contratos de vendas firmados com o objetivo de proteger o risco cambial que surge entre a data de contratação e a data de embarque dos produtos transacionados, uma vez que o preço de venda em moeda estrangeira é fixado na data em que se firma o compromisso de venda e compra entre as partes. Para esta cobertura, a Companhia utiliza instrumentos futuros de dólar contratados com a BM&F. No mínimo, a cada preparação de demonstrações financeiras, a Companhia avalia a efetividade destas operações que devem permanecer entre uma faixa de cobertura de 85% a 125% da variação do valor justo do risco protegido, retro e prospectivamente.

EXPOSIÇÃO	31.03.10	31.12.09	1.01.09	Efeitos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010	
				Variação cambial	Derivativos
OPERACIONAL					
Pedidos de venda - US\$ / € / £	388.232	321.390	442.583	(2.378)	2.141
Subtotal	388.232	321.390	442.583	(2.378)	2.141
TOTAL	388.232	321.390	442.583	(2.378)	2.141

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

A seguir são apresentados os instrumentos derivativos designados como contabilidade de hedge:

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nacional R\$)	Valor de Mercado R\$	Impacto no resultado do exercício - 1º trimestre de 2010
Contratos futuros (BM&F)	Abril e Maio de 2010	US\$ (VC)	R\$	BM&F	356.200	2.890	2.141

A seguir é apresentada a exposição em moeda estrangeira com cobertura de instrumentos financeiros derivativos designados como contabilidade de hedge:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Pedidos de venda - US\$ / € / £	388.232	321.390	442.583
	388.232	321.390	442.583
Contratos futuros (BM&F) - Companhia	356.200	348.240	467.400
	356.200	348.240	467.400
Exposição em moeda estrangeira em R\$	388.232	321.390	442.583
Nacional de proteção	356.200	348.240	467.400
Relação	92%	108%	106%

f) Riscos de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, cujo valor está apresentado na nota 8. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia e suas controladas limitam sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia e suas controladas em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia e suas controladas que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira. Historicamente, não ocorreram perdas relevantes nas contas a receber.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

Para minimizar os riscos de créditos de derivativos contratados, a Companhia e suas controladas têm a estratégia de concentrar essas operações no mercado futuro onde a contraparte são as bolsas de mercadorias e futuros. Por estes instrumentos, as variações do valor justo dos derivativos ocorre pelos ajustes diários, os quais são pagos ou recebidos diariamente em caixa, reduzindo-se o risco de inadimplência na data de vencimento.

g) Riscos de preços na compra de commodities

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de instrumento financeiro futuro de boi na BM&F, visando o zerramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Em 31 de março de 2010, a Companhia tinha posições abertas de derivativos cobrindo 88% das necessidades previstas até novembro de 2010 de compra de gado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

JBS S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

O ramo de atuação da controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas está exposto à volatilidade dos preços do gado, de grãos como milho e farinha de soja e de energia, como gás natural, eletricidade e combustível diesel, cujas variações resultam de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, condições políticas, oferta e demanda e outros. A controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas compram derivativos com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades previstas de compra dessas commodities para períodos de até 12 meses. Podem firmar contratos derivativos com vencimento no longo prazo para commodities específicas caso seja julgado apropriado. Em 31 de março de 2010, a controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas tinham posições abertas de derivativos cobrindo 6,8% das necessidades previstas até junho de 2011 de compra de gado, 18,5% das necessidades previstas até março de 2011 de porco, 10,8% de necessidades até março de 2011 de milho e farinha de soja e 53,1% até março de 2011 de gás natural.

Os parâmetros para redução de risco estão baseados no constante monitoramento das exposições das commodities, considerando valores e prazos negociados, correlacionando-se com o resultado do orçamento do grupo de gestão de risco para o ano. Para estas commodities fundamentais ao negócio, como gado vivo, porcos magros, grãos e energia ("Commodities fundamentais"), a perda autorizada de um operador ("Stop loss") será assumida como 25 por cento (25%) do seu resultado orçado para o exercício social corrente anual, calculada utilizando o resultado de 10 dias de operação e, independentemente do resultado acumulado no exercício corrente de cada operador (o "Cálculo Stop Loss"). Cada operador autorizado terá direito a duas "Stop loss" em qualquer período de doze meses.

Durante estas "Stop loss", o operador terá que fechar suas posições e se abster da operação por duas semanas ou um período maior, caso julgado apropriado pelo Comitê Financeiro. No caso de excesso dos 25% de perda autorizada, conforme mencionado anteriormente, este Comitê conversará formalmente com o operador que tenha ultrapassado este limite, julgando se será apropriado conceder uma adicional "Stop loss", revendo os limites de Value-at-risk e margens deste operador ou se o contrato de trabalho será cancelado.

No primeiro trimestre de 2010, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 115.047 (R\$ 126.864 em 31 de março de 2009) no resultado do período na conta de custo dos produtos vendidos, decorrente da variação de valor justo destes instrumentos de commodities e de liquidações dos mesmos ocorridas no período. O valor justo destes derivativos, em 31 de março de 2010, estão registrados no ativo e no passivo, por R\$ 19.282 e R\$ 43.398 (R\$ 9.123 e R\$ 10.137 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

A seguir seguem os ativos, passivos e compromissos firmes totais expostos a riscos de variação de preços de commodities:

EXPOSIÇÃO	31.03.10	31.12.09	1.01.09
OPERACIONAL			
Contratos firmes de compra de boi - R\$	79.621	17.026	43.480
Contratos firmes de grãos e energia - R\$	1.579.838	283.143	350.632
TOTAL	1.659.459	300.169	394.112

h) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades + investimentos divididos pela dívida de curto prazo. Mantemos também um foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que consideramos administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, definimos nossa gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que queremos atingir.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Caixa e equivalentes de caixa	2.992.007	5.069.930	2.291.618
Empréstimos e financiamentos no CP	5.432.493	5.123.099	2.210.380
Indicador de liquidez modificado	0,55	0,99	1,04
Indicador de alavancagem	3,1x	3,1x	2,0x

A queda no indicador de liquidez modificado foi causada pela necessidade de uso de caixa na reestruturação das operações das empresas adquiridas no final de 2009. O nível de alavancagem da empresa manteve-se em patamares similares.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas de acordo com os respectivos vencimentos, sem considerar o desconto a valor presente do fluxo de caixa contratado:

Em 31 de março de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	2.454.003	-	-	-	2.454.003
Empréstimos e financiamentos	5.432.493	3.319.121	3.451.801	1.407.506	13.610.921
Passivos financeiros Derivativos	102.919	20.611	493	-	124.023
TOTAL	7.989.415	3.339.732	3.452.294	1.407.506	16.188.947

Em 31 de dezembro de 2009	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	2.546.509	-	-	-	2.546.509
Empréstimos e financiamentos	5.123.099	3.197.241	4.703.588	1.403.185	14.427.113
Passivos financeiros Derivativos	24.155	18.251	2.523	-	44.929
TOTAL	7.693.763	3.215.492	4.706.111	1.403.185	17.018.551

Em 1º de janeiro de 2009	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	1.965.934	-	-	-	1.965.934
Empréstimos e financiamentos	2.210.380	666.817	1.987.839	747.052	5.612.088
Passivos financeiros Derivativos	48.860	-	-	-	48.860
TOTAL	4.225.174	666.817	1.987.839	747.052	7.626.882

i) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

j) Margens dadas em garantia

A Companhia e suas controladas possuem títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de março de 2010 é de R\$ 560.383 (R\$ 230.643 em 31 de dezembro de 2009). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

k) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos circulantes			
Derivativos	(46.092)	(22.983)	-

Abaixo, demonstramos a comparação dos valores contábeis com os respectivos valores justos:

	31 de março de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(i) Caixa e bancos	2.147.231	2.147.231	4.551.441	4.551.441
(iii) Aplicações financeiras	844.776	844.776	497.268	497.268
(iii) Contas a receber de clientes	3.292.693	3.292.693	3.201.437	3.201.437
(iii) Créditos com empresas ligadas	352.436	352.436	326.972	326.972
(i) Derivativos	51.401	51.401	48.844	48.844
Ativos financeiros totais	6.688.537	6.688.537	8.625.962	8.625.962
(iii) Fornecedores	2.454.003	2.454.003	2.546.509	2.546.509
(iii) Empréstimos e financiamentos	13.610.921	13.610.921	14.427.113	14.427.113
(ii) Debêntures (Nota 17)	3.462.212	3.462.212	3.462.212	3.462.212
(i) Derivativos	120.476	120.476	38.235	38.235
Passivos financeiros totais	19.647.612	19.647.612	20.474.069	20.474.069
	(12.959.075)	(12.959.075)	(11.848.107)	(11.848.107)

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros

- (i) Ativo ou Passivo Financeiro medurado ao valor justo por meio do resultado
- (ii) Mantidos até o vencimento
- (iii) Empréstimos e recebíveis
- (iv) Disponível para venda

I) Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de março de 2010, simulamos possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações financeiras interinas consolidadas, representam um cenário provável de impacto no resultado. A seguir seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Risco de câmbio

Exposição	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Financeira	Depreciação do R\$	(146.311)	(1.223.953)	(2.447.906)
Operacional	Depreciação do R\$	(22.188)	275.237	550.473
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	(41.917)	945.241	1.890.366
		(210.416)	(3.475)	(7.067)
Premissa	Câmbio	1,7810	2,2263	2,6715

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

33 Fatos relevantes

Oferta Pública de Ações - OPA

Em 11 de março de 2010, a Companhia realizou protocolo junto à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), solicitando a análise prévia do pedido de registro de distribuição pública de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta Pública”). A Oferta Pública foi realizada em mercado de balcão não-organizado, no Brasil, nos termos da Instrução da CVM nº 400/03, conforme alterada, e, ainda, com esforços de colocação no exterior, com base em isenções de registro previstas pelo U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado.

A Oferta Pública não foi nem será registrada na Securities and Exchange Commission nem em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil. O pedido de registro da Oferta Pública seguirá os trâmites do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471 e no convênio firmado entre a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Initial Public Offering - JBS USA

A JBS USA submeteu à Securities and Exchange Commission (“SEC”) pedido de registro para a oferta pública inicial de ações ordinárias de sua emissão. As ações ordinárias de emissão da JBS USA deverão ser listadas nos Estados Unidos da América, na New York Stock Exchange - NYSE.

A JBS USA também apresentou à CVM pedido de registro de programa e de oferta pública, no Brasil, de Brazilian Depositary Receipts Nível III - BDRs, representativos de ações ordinárias de emissão da JBS USA.

A Oferta Global aqui descrita está sujeita à obtenção de registros e autorizações junto à SEC, CVM e a BM&F Bovespa, bem como demais autoridades competentes e está sujeita às condições de mercado à época da Oferta Global.

O pedido de registro protocolado pela JBS USA perante a SEC ainda não foi deferido e nenhum valor mobiliário poderá ser vendido, nem qualquer proposta de compra poderá ser aceita, anteriormente ao deferimento do pedido de registro.

No dia 28 de janeiro de 2010 a Companhia informou através de comunicado ao mercado que continua a analisar o prospecto de fazer o IPO da JBS USA. Porém, devido às recentes transações, a Companhia optou por aguardar a divulgação dos resultados trimestrais de março de 2010 enquanto continua a monitorar as condições de mercado para determinar o melhor momento da operação. De acordo com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia irá comunicar ao mercado as informações relevantes à medida que estiverem disponíveis.

Aquisições pendentes

No dia 19 de março de 2010, a controlada JBS USA, através de sua subsidiária Swift Australia Pty. Ltd, e as companhias MC Meats Pty. Ltd., Renod Holdings Pty. Ltd. e Rockdale Beef Pty. Ltd. entraram em acordo de compra, por um preço de aproximadamente R\$ 72.664 (US\$ 40.799) sujeito a um ajustamento do capital de trabalho subsequente. Fazem parte da compra: terrenos, benfeitorias, imóveis, bens móveis, obras em andamento, propriedade intelectual, produtos em elaboração, e subprodutos acabados. A aquisição está pendente de revisão da regulamentação normal na Austrália.

34 Eventos subsequentes

Oferta Pública de Ações - OPA

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de 200.000.000 (duzentos milhões) de Ações a emitidas pela Companhia (“Oferta”), no Brasil, em 26 de abril de 2010, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo.

Em 27 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A., no montante de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), de forma que o capital social passa de R\$ 16.483.544.165,08 (dezesseis bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) para R\$ 18.083.544.165,08 (dezoito bilhões, oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública.

O capital social subscrito passa a ser representado por 2.567.471.476 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas consolidadas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

35 Informação suplementar - Demonstração consolidada do Valor Adicionado

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	12.916.354	9.388.697
Outras receitas	14.120	488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(8.594)</u>	<u>(2.105)</u>
	12.921.880	9.387.080
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.471.121)	(6.690.146)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.702.745)	(1.349.747)
Perda / Recuperação de valores ativos	38.013	(144.827)
Outras	<u>198</u>	<u>(310)</u>
	(10.135.655)	(8.185.030)
Valor adicionado bruto	<u>2.786.225</u>	<u>1.202.050</u>
Depreciação e Amortização	(318.934)	(83.341)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>2.467.291</u>	<u>1.118.709</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	613.641	161.663
Outras	<u>11.606</u>	<u>1.135</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>3.092.538</u></u>	<u><u>1.281.507</u></u>
 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	1.334.425	739.701
Benefícios	293.601	161.178
FGTS	<u>17.132</u>	<u>5.234</u>
	1.645.158	906.113
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	150.536	57.540
Estaduais	185.195	26.528
Municipais	<u>862</u>	<u>374</u>
	336.593	84.442
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	954.966	599.231
Aluguéis	9.158	8.377
Outras	<u>82.065</u>	<u>6.963</u>
	1.046.189	614.571
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do exercício	99.359	(322.684)
Participação de minoritários nos lucros retidos	<u>(34.761)</u>	<u>(935)</u>
	64.598	(323.619)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u><u>3.092.538</u></u>	<u><u>1.281.507</u></u>

* * * * *